

JOSIÉLY KOERICH

**O ‘ARCHIVO DEL TERROR’ NO PARAGUAI: ALGUMAS
NARRATIVAS SOBRE SUA DESCOBERTA E USOS
CONTEMPORÂNEOS**

Florianópolis

2015

JOSIÉLY KOERICH

**O ‘ARCHIVO DEL TERROR’ NO PARAGUAI: ALGUMAS
NARRATIVAS SOBRE SUA DESCOBERTA E USOS
CONTEMPORÂNEOS**

Trabalho de Conclusão de Curso para a
obtenção do título de bacharel em História
pela Universidade Federal de Santa Catarina,
sob orientação da Profa. Dra. Janine Gomes
da Silva.

Florianópolis

2015



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala trezentos e um do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Janine Gomes da Silva**, Orientadora e Presidente, Professora **Soraia Carolina de Mello**, Titular da Banca, e Professora **Leticia Borges Nedel**, Suplente, designadas pela Portaria nº 55 /HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Josiély Koerich**, subordinado ao título: “O ‘Archivo del Terror’ no Paraguai: algumas narrativas sobre sua descoberta e usos contemporâneos”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi argüida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Janine Gomes da Silva**, a nota final 10,0, da Professora **Soraia Carolina de Mello**, a nota final 10,0, e da Professora **Leticia Borges Nedel**, a nota final 10,0, sendo aprovado com a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Profª Janine Gomes da Silva

Profª Soraia Carolina de Mello.....

Profª Leticia Borges Nedel.....

Candidata Josiély Koerich

Janine Gomes da Silva

SORAIA MELLO

Josiély Koerich



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249- FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Josely Kozich
matrícula n.º 091610-23, entregou a versão final de seu TCC cujo título
é O 'Cachibío del Terera' no Paraguai: algumas narrativas sobre
sua descoberta e usos contemporâneos, com as devidas correções
sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2015.

Orientador(a)

*Á minha irmã Joelma Rozana Koerich, pela
afeição e apoio incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Afetos, incentivos, sugestões e apoios constantes fizeram parte da trajetória de minha graduação e especialmente da escrita deste trabalho. Nesta trajetória, tantas foram as pessoas que contribuíram neste percurso, de variadas formas, que espero não esquecer ninguém.

Agradeço primeiramente a toda a minha família, que nos bons e maus momentos sempre me apoiou incondicionalmente. Aos meus pais, Joãozinho Koerich e Maria Isaura Kammer Koerich, que me incentivaram e me deram apoio material e afetivo ao longo deste percurso. Ao meu irmão Joaci Mauri Koerich e às minhas irmãs Jane Maria Koerich Schwambach e Joalici Cristina Koerich Richartz, pela atenção dedicada e por me animarem a seguir em frente ante as dificuldades encontradas. Especialmente à minha irmã Joelma Rozana Koerich, que lia meus trabalhos, fazia sugestões, apontamentos. Por todo seu afeto, apoio e torcida, meu muito obrigada.

À minha sobrinha Josiany Maria Schwambach pelo seu carinho e afeição e ao Júnior Antônio Schwambach, sobrinho querido que por ter uma idade próxima a minha, me ‘cobrava’ não acompanhá-lo nas ‘festinhas’ e outros eventos sociais.

Agradeço também imensamente às professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, e especialmente à Janine Gomes da Silva, minha orientadora, por todos os conselhos, orientações, paciência, liberdades, assim como por me apoiar em momentos difíceis no final deste percurso da graduação. Por toda a sua dedicação, meus sinceros agradecimentos.

À professora Letícia Borges Nedel e à Soraia Carolina de Mello, colega de Laboratório, por aceitarem comporem minha banca.

As amigas e amigos do LEGH por todos os bons momentos passados neste espaço e ao apoio incondicional que sempre me proporcionaram: Marilene Félix, Musa Santos, Gleidiane de Sousa, Heloísa Nunes, Eloisa Rosalen, Priscilla Pessôa, Lídia Bristot, Talita Von Gilsa, Gustavo Pontes, Andréia Amorim, Mariane Silva, Nathália Cadore, Igor Queiroz (*in memoriam*), Cintia Lima. Obrigada por tudo!

Ao Lucas Fernandes Siloche, por todos os pareceres ao meu trabalho. E à Tamy Amorim da Silva, pelas sugestões, leituras e entrevistas. Sua amizade, assim como as conversas sobre a ditadura stonista e os incentivos constantes foram fundamentais para este estudo.

Quero agradecer ainda aos meus amigos e amigas de graduação que tanto auxiliaram em minha trajetória e suportavam meu

perfeccionismo: Jefte Brandão, Eric Alves, Yuri Lueska, Everton Caetano, Mariana Goulart, e especialmente Diego de Souza Limas, amigo inseparável ao longo desses anos.

Ao Geovano Hoffmann, Filipe Guessser e Dayanne Schetz, amigos antoniocarlenses que fui construindo nesses anos atribulados na UFSC.

Agradeço também à Nathália Junkes de Oliveira e Eliseu Albert Koch Von Besen por acreditarem em minha capacidade e me incentivarem a ser uma historiadora.

À Marli Garcia por todo apoio e a todas as minhas amigas e amigos de Antônio Carlos, amigos que construí ao longo da minha existência e a quem devo muito da pessoa que sou.

Obrigada por fazerem parte de minha vida e por me apoiarem!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo indagar sobre o *Archivo del Terror* no Paraguai, buscando perspectivar as diferentes narrativas sobre como foi encontrado este acervo documental que abriga a documentação da ditadura de Stroessner (1954-1989). Procura também perceber alguns usos que vêm sendo feitos deste arquivo na contemporaneidade, especialmente os relacionados à questão da memória. Para isso, utilizei fontes como entrevistas orais, notícias veiculadas em jornais, entre outras, tendo como suportes teóricos metodológicos a História Oral e a História do Tempo Presente que propiciaram a escrita deste estudo.

Palavras-chave: Memória. ‘Archivo del Terror’. Paraguai. Ditadura.

ABSTRACT

This paper aims to inquire about the *Archivo del Terror* in Paraguay, seeking perspective the different narratives about how it was found this documentary collection that houses the documentation of the Stroessner dictatorship (1954-1989). And also attempts to understand some applications that are being made in this file nowadays, especially those related to the issue of memory. For this, I used sources such as oral interviews, news published in newspapers, among others, with the theoretical and methodological support of the Oral History and the History of the Present Time that led to the writing of this study.

Palavras-chave: Memory. 'Archivo del Terror'. Paraguay. Dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Documentos do ‘Archivo del Terror’	45
Figura 2 – ‘Museo de la Justicia’	86

LISTA DE SIGLAS

- CDE** – Centro de Documentación y Estudios
- CDyA** – Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos
- CIPAE** – Comité de Iglesias para Ayuda y Emergencias
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DNAT** – Dirección Nacional de Asuntos Técnicos
- LAMAP** – Laboratório de Memória, Acervos e Patrimônio
- LEGH** – Laboratório de Estudos de Gênero e História
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OPM** – Organización Politico Militar
- RPC** – Red Privada de Comunicación
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- USAID** – Fiscalía General del Estado e a Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PERSPECTIVANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR PARAGUAIA	28
3. ‘ARCHIVO DEL TERROR’: DIFERENTES NARRATIVAS SOBRE SUA DESCOBERTA	44
3.1 <i>HABEAS DATA</i> E PROCEDIMENTO JUDICIAL: A NARRATIVA AUTORIZADA DE JOSÉ AGUSTÍN FERNÁNDEZ.....	47
3.2 MARTÍN ALMADA: O ‘DESCOBRIDOR’ DO ‘ARCHIVO DEL TERROR’	52
3.3 OUTRA(S) NARRATIVA(S) SOBRE A ‘DESCOBERTA’ 588	
3.4 ENCONTRANDO OUTROS ARQUIVOS	70
4. DOCUMENTOS E MEMÓRIA: OS USOS CONTEMPORÂNEOS DO ‘ARCHIVO DEL TERROR’ NO PARAGUAI	77
4.1 ‘CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ARCHIVO PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS’(CDYA)	77
4.2 OS USOS CONTEMPORÂNEROS DO ‘ARCHIVO DEL TERROR’	88
4.3 OS USOS DA MEMÓRIA NO ‘ARCHIVO DEL TERROR’	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
FONTES	111
ANEXO A – Objetivos do ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’	117

1. INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso passou a ser construído a partir de meu ingresso, em agosto de 2013, como bolsista de Iniciação Científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no projeto *Espaços de memória: Arquivos e fontes documentais (re) significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai)*. Coordenado e orientado pela professora Janine Gomes da Silva, e vinculado a dois laboratórios, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e ao Laboratório de Memória, Acervos e Patrimônio (LAMAP), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para este projeto, a partir dos estudos realizados sobre os regimes ditatoriais e alguns *espaços de memória* no Brasil e Paraguai, surgiu o interesse em investigar a questão do *dever de memória* em ambos os países. Esta expressão, segundo Luciana Heymann, “remete à idéia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias.”¹

Neste sentido, entender e analisar como alguns *espaços de memória* constituem-se em lugares de *dever de memória* para a história recente do Brasil e Paraguai e como estes vem (re) significando na atualidade as histórias e memórias das ditaduras de ambos os países foi à problemática escolhida a ser perspectivada para minha pesquisa do projeto. Para tanto, várias leituras e fichamentos foram realizados. Além disso, foram também exploradas entrevistas feitas, em diferentes momentos, pelas professoras doutoras Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Janine Gomes da Silva no Paraguai, assim como a análise de inúmeras notícias de jornais veiculadas no Brasil e Paraguai disponíveis em meio digital e por mim levantadas.

Em maio de 2014, tive ainda a oportunidade de apresentar um trabalho em um evento no Paraguai. Para este evento, outras pesquisadoras do LEGH, a mestranda Tamy Amorim da Silva, a doutoranda Lorena Zomer, e a professora Janine Gomes da Silva, assim como a professora Letícia Borges Nedel, do LAMAP, também foram expor seus trabalhos.

¹HEYMANN, Luciana Quillet. O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 19.

Durante nossa estadia, conversamos com pessoas ligadas a alguns *espacios de memoria* de Assunção como o *Archivo del Terror* e o *Museo de la Memoria: Dictaduras y Derechos Humanos*, compramos vários livros e digitalizamos vários recortes de jornais presentes no *Centro de Documentación y Archivo para La Defensa de los Derechos Humanos*. Além disso, tive a oportunidade de entrevistar, juntamente com as professoras Janine Gomes da Silva e Letícia Borges Nedel, o doutor José Agustín Fernández, juiz que esteve presente no momento em que foram encontrados os documentos do *Archivo del Terror*.

Após essa viagem, iniciei a análise dos múltiplos recortes de jornais e das entrevistas realizadas no Paraguai. E foi a análise destes e das demais fontes que faziam/em parte do acervo do LEGH², assim como as variadas leituras e inquietações que surgiram no decorrer de minha bolsa de Iniciação Científica, que me propiciaram esquadrinhar e perceber um campo de muitas possibilidades em relação a este país, onde os estudos sobre o período ditatorial vivenciado na segunda metade do século XX são relativamente ainda pouco perspectivados. E, foi a partir destas considerações, bem como as muitas orientações da professora Janine Gomes da Silva, que fui delimitando meu tema de pesquisa para o TCC, me atendo especificamente às questões atinentes ao denominado *Archivo del Terror*. Após essa breve trajetória de pesquisa, passo à apresentação propriamente dita de meu trabalho.

O *Archivo del Terror*, constituiu o maior acervo documental relacionado aos anos da repressão das ditaduras do Cone Sul³ que se tornou público. Encontrado em 22 de dezembro de 1992 no *Departamento de Producción de la Policia de la Capital* em Lambaré, cidade próxima da capital Assunção, esse arquivo foi levado ao *Palacio de la Justicia* em Assunção, local onde permanece até os dias atuais. Livros de entrada e saída de presos, fichas de detidos, fotos, declarações, informes de atividades políticas, livros, folhetos, gravações de

² Neste trabalho, entretanto, não estarei trabalhando com a categoria gênero. Questão que será futuramente trabalhada em minha dissertação de Mestrado (fui aprovada para o ano de 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina) onde trabalharei com três sujeitos relacionados ao *Archivo del Terror* (Rosa Palau, Martín Almada e José Agustín Fernández) e os sentidos que conferem a suas lutas e empreendimentos.

³ Os países que compõe o Cone Sul são: Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru.

programas de rádio, formam parte da profusa informação elaborada pela polícia e encontrada no local.⁴

Custodiado pela *Corte Suprema de Justicia*, em 1993 os documentos foram catalogados e microfilmados, sendo criado em março deste ano o Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos com a finalidade de preservar a documentação encontrada. Possuindo documentos importantes não só da ditadura strossnista, considerada a mais longa do Cone Sul (trinta e cinco anos de governo de um mesmo presidente: Alfredo Stroessner- 1954 à 1989), este arquivo dispõe também de documentação de extrema relevância a nível internacional, como as relacionadas a Operação Condor⁵. Se apresentando como um *espaço de memória* da ditadura de Stroessner⁶, neste local, além de atividades administrativas como a de expedir cópias de documentos a pedido das vítimas ou seus familiares, de responder ofícios judiciais, são realizadas também eventos culturais, visitas de estudantes, pesquisadores etc.

Abrigando a documentação referente à ditadura de Stroessner, o *Archivo del Terror*, como foi denominado pela imprensa paraguaia, possui grande importância jurídica, política, pedagógica e histórica. Vários são os usos que dele são também feitos, como pedir reparações, entre outros. Perspectivar alguns de seus usos na contemporaneidade, especialmente os relacionados à questão da memória, assim como algumas das narrativas sobre como esses documentos foram encontrados, constituem os objetivos centrais deste trabalho.

Com enfoques variados, historiadores (as), cientistas sociais e outros (as) pesquisadores (as) vêm recorrendo especialmente aos

⁴VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay. La historia oculta de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, p.89.

⁵Operação de Inteligência criada no Chile, com o apoio da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai que perseguia militantes de esquerda oriundos de qualquer um destes países. Ver: PAZ, Alfredo Boccia; LÓPEZ, Miguel H.; PECCI V. Antonio et all. *En Los Sontanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Condor*. Asunción: Servi Libro; Expo libro, 2002.

⁶ SILVA, Janine Gomes da Silva. Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re) significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. *Anais eletrônicos...* Natal, 2013, p.3. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364765894_ARQUIVO_TextoAnpuh2013-JanineGomesdaSilva.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

documentos presentes no *Archivo del Terror* para construir e produzir suas narrativas. Todavia, pese a importância destes documentos, os estudos que vêm direcionando suas reflexões sobre este arquivo, apesar também de em número relativamente considerável, ainda carecem de maiores problematizações. Livros como *Paraguay: los archivos del terror. Los papeles que resignificaron la memoria del stronismo*, escrito por Alfredo Boccia Paz, Rosa Palau Aguilar e Osvaldo Salerno⁷ têm contribuído para contextualizar sobre como foi encontrado este arquivo e sua importância para o Paraguai, porém sem inquirir em muitas questões. Outros trabalhos, como o de Myrian González Vera,⁸ vêm apontando alguns subsídios nesta direção ao perspectivar as disputas envolvendo organizações de Direitos Humanos em torno da propriedade do arquivo. Percebe-se nesses estudos a atuação enfática de autores (as) da área documental e jornalística, em contraste com a abordagem historiográfica. Esta questão se justifica pelo fato de que somente recentemente os arquivos passaram a ser interrogados pela história, mobilizando uma série de debates ausentes até então, como aqueles referentes aos traumas, memórias e direitos⁹.

Neste sentido, tomando o *Archivo del Terror* no Paraguai como objeto de análise, este trabalho torna-se pertinente porque tematiza uma questão ainda pouco explorada nos estudos acadêmicos da disciplina histórica deste país: o arquivo enquanto objeto de investigação para a escrita da história. Deste modo, a escolha de escrever sobre este arquivo, pautada por tais considerações, foi impulsionada ainda pela perspectiva de contribuir para a história recente paraguaia, lançando outros olhares sobre a mesma. Ressalto ademais, que estou compreendendo este arquivo não somente como um espaço físico, mas também um ‘lugar social’¹⁰, um *espacio de memoria*, um ‘lugar de memória’ onde, como

⁷ PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: los Archivos del Terror. Los papeles que resignificaron la memoria del stronismo*. Asunción: Corte Suprema de Justicia; Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, 2007.

⁸ VERA, Myrian Gonzáles. *Los Archivos del Terror del Paraguay...* op. cit., p.85-113.

⁹ SILVA, Janine Gomes da Silva. *Espaços de memória...* op. cit., p.7-8.

¹⁰ CERTEAU, 1982 Apud SILVA, Janine Gomes da Silva. *Espaços de memória...* op. cit., p.5.

realça Pierre Nora, há a necessidade da vigilância comemorativa, pois sem esta, “[...] a história depressa os varreria.”¹¹

Quais as diferentes versões/narrativas sobre como foi encontrado o acervo documental do *Archivo del Terror*? Qual a importância deste *espacio de memória* para o país? Como tal espaço se constituiu? Quais os usos que dele vêm sendo feitos na contemporaneidade? Considerando estas inquietações, esta monografia se propõe a elucidá-las, todavia, sem a pretensão de extenuá-las, pois na história, sempre há outro olhar, outra proposição, que aflora por meio e entre as fontes. Destarte, objetivo, por meio destas questões, perspectivar outra história, outro olhar sobre o passado recente paraguaio, (re) significando-o.

Para tanto, faço uso de metodologias como a História Oral e a História do Tempo Presente, assim como de diversos materiais como, livros de cunho memorialístico, teses, dissertações, monografias, relatórios etc. Além destas, utilizo entrevistas e jornais, disponíveis em sites na internet ou digitalizados na viagem de pesquisa ao Paraguai. Apresento, por conseguinte, os diferentes aportes teórico-metodológicos que embasaram este Trabalho de Conclusão de Curso.

O tema deste estudo, inserido na História do Tempo Presente, é importante salientar, dificilmente poderia ter sido sugerido há alguns anos, quando o questionamento sobre o passado recente não era perspectivado pela historiografia. Para Pesavento:

Tal campo implica tomar esta História na qual os acontecimentos estão ainda a se desenvolver. Trata-se de uma História ainda não acabada, em que o historiador não cumpre o seu papel de reconstruir um processo já acabado, de que se conhecem o fim e as conseqüências. Não se trata, pois, da construção *ex-post* de algo que ocorreu por fora da experiência do vivido, pois o historiador é contemporâneo e, de uma certa forma, testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra e de que não se conhece o término.¹²

¹¹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993, p.13.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método: as estratégias do fazer história. In: _____ . *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2005, p. 93.

Neste sentido, Enrique Serra Padrós ressalva que a análise do Tempo Presente “[...] especificamente, quando aplicada à experiência das Ditaduras de Segurança Nacional, coloca o desafio de entender que há contemporaneidade do autor com seu objeto de estudo [...]”¹³ Essa proximidade temporal, no entanto, ao invés de um inconveniente, pode contribuir para melhor compreender a realidade estudada, além de possibilitar a abertura a novas abordagens e temáticas. Ademais, segundo este autor, a incocclusão e provisoriade que permeiam a História do Tempo Presente não podem:

[...] ser vista [s] como insuficiência da análise, no sentido de ausência de rigor científico da mesma. Em realidade deve [m], sim, ser vista [s] como especificidade [s] de um método de abordagem que procura dar inteligibilidade inicial a fatos pontuais ainda nebulosos.¹⁴

E é sob esta perspectiva, onde o tema em estudo e seus desdobramentos permanecem influenciando as sociedades desse país nos dias atuais, que a História do Tempo Presente foi apropriada nesta monografia, de modo a buscar analisar os usos que vem sendo feitos deste arquivo na atualidade e como esse *espaço de memória* vêm (re) significando as histórias e memórias da ditadura paraguaia. Neste trabalho, utilizo também outros conceitos e metodologias, como a História Oral, memória, representação, identidade e análise do discurso.

Em relação à História Oral, está sendo aqui compreendida enquanto uma metodologia de trabalho que é “capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer respostas.”¹⁵

Conforme Alessandro Portelli, “[...] recordar e contar já é interpretar”¹⁶. Os sujeitos, ao narrarem suas experiências, rememoram, esquecem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo

¹³PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n.1, jan/jun. 2009, p.35.

¹⁴ Ibidem, p. 33-34.

¹⁵AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.XVI.

¹⁶PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 2.

com determinado sentido, transformando o vivenciado em linguagem¹⁷. Assim, nos relatos dos/as entrevistados/as se faz necessário atentar para os discursos produzidos, percebendo-os conforme a lógica da trajetória da pessoa que conta,¹⁸ sendo que é por meio das subjetividades que as pessoas constroem e conferem significado à própria experiência e à própria identidade.¹⁹

Fontes narrativas que dizem mais sobre os significados do que ao evento propriamente,²⁰ é preciso ainda perceber nas entrevistas como [...] pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas.”²¹ A utilização da História Oral é, pois, uma maneira de perceber as distintas narrativas que permeiam a localização do *Archivo del Terror*, ou como ressalta Verena Alberti, outras “histórias dentro da história”.²²

Além das fontes orais, nesta monografia serão também analisadas notícias veiculadas em diferentes jornais do Paraguai. Quanto ao uso de jornais como fontes, faz-se necessário entendê-lo como afirma Magalhães, não como apenas um veículo de informações, “[...] um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, mas sim como elemento inserido na realidade social e política, instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.”²³ Sua utilização na pesquisa histórica não deve ser tomada como efeito de verdade, mas como “representação de grupos sociais sobre si mesmos e a realidade que os cercam”.²⁴

¹⁷ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 170.

¹⁸ CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 82- 83.

¹⁹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos... op. cit., p. 2.

²⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 29-31.

²¹ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História... op. cit., p. 165.

²² Ibidem, p. 155.

²³ MAGALHÃES, Clarice Rego. O uso de periódicos como fonte em pesquisa histórica e o caso do entusiasmo da sociedade pelotense com a sua escola de belas artes, p. 2. Disponível em: <iad.ufpel.edu.br/prodart/artigos/download/199>. Acesso em: 25 mar. 2013.

²⁴ SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *História em reflexão* – Revista Eletrônica de História, Dourados, vol. 4, n. 8, jul./dez. 2010, p. 10. Disponível em:

Difundindo valores, aspirações e hábitos, o jornal carece ser visto ainda como “uma voz capaz de impor uma visão de mundo,”²⁵ pois conforme Tânia de Luca “[...] seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público.”²⁶ Desta forma, compete ao historiador ao manejar tais fontes, problematizar a “relação entre o que se diz do acontecimento e o próprio acontecimento para que possa, na medida do possível, alcançar e conhecer o passado.”²⁷ Deve-se ainda atentar ao grupo que edita o jornal e à sua materialidade, assim como considerar “[...] as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê, bem como os fatos históricos do momento.”²⁸

Matéria-prima para a pesquisa historiográfica, a utilização dos periódicos requer também a necessidade de considerar sua inserção histórica “[...] enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.”²⁹ E é sob tal concepção que estou aqui problematizando as notícias veiculadas nos jornais sobre como foi encontrado o *Archivo del Terror* no Paraguai, onde busco analisar os discursos que vêm sendo contruídos e mobilizados a partir deste arquivo.

Concernente à análise do discurso, Michel Foucault destacou que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar.”³⁰ Essa reflexão permite perceber as

<www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../575>. Acesso em: 08 abr. 2013.

²⁵ MAGALHÃES, Clarice Rego. O uso de periódicos como fonte em pesquisa histórica... op. cit. p. 2.

²⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p.139.

²⁷ MAGALHÃES, Clarice Rego. O uso de periódicos como fonte em pesquisa histórica... op. cit., p.1.

²⁸ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos... op. cit., p.132.

²⁹ DARNTON Apud SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Imprensa e Política no Brasil*... op. cit., p. 12.

³⁰ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 10.

relações de poder e de subjetividades que se estabelecem nos e por meio dos discursos.

Orlandi destacou que etimologicamente, a palavra discurso, “tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.³¹

Compreendendo por discurso um efeito de sentido entre locutores e atentando-se para a linguagem em seu funcionamento, o que demandaria considerá-la em relação à produção de sentidos e à constituição dos sujeitos, o discurso, ainda segundo esta autora, supõe um sistema significante e a relação deste sistema com a exterioridade, considerando que é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique.³²

Sendo que não há discurso sem sujeito, e tampouco sujeito sem ideologia³³, a análise do discurso considera não o conteúdo das palavras, mas o funcionamento do discurso na produção de sentidos. Desta forma, não sendo estanque, o discurso é construído pelos diferentes sujeitos a partir de suas subjetividades, experiências, contextos etc., pois “ao falar, ao significar, eu me significo.”³⁴ Todavia, os sentidos não se fecham, não são evidentes³⁵. Conforme afirma Pêcheux as “[...] palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a estas posições [...]”.³⁶ E é neste sentido que procuro compreender as disputas que vêm se estabelecendo por meio deste arquivo e como elas vêm propiciando a construção de uma memória sobre o passado stronista.

Compreendendo os arquivos enquanto um lócus de representação, nesta monografia procura-se analisar algumas das representações que permeiam este arquivo. Segundo Pesavento:

³¹ ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009, p. 60.

³² ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p. 53.

³³ Ibidem, p. 54.

³⁴ ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 28.

³⁵ Ibidem, p.9.

³⁶ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p.160.

as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.³⁷

Considerando ainda que as representações sejam sempre “[...] determinadas pelos interesses de grupos que as forjam,”³⁸ buscar-se-á analisar quais os investimentos e discursos que são mobilizados nestes espaços. Outro conceito que perpassa este estudo é o de identidade.

Entende-se identidade, de modo geral, como sendo algo capaz de identificar as pessoas. Conforme Sandra Pesavento, “enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento.”³⁹ Para Stuart Hall, esta é construída “[...] no interior do jogo do poder e da exclusão,”⁴⁰ sendo que, como assinala Silva o que somos, significa “[...] também dizer ‘o que não somos’. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído.”⁴¹

É importante compreender também que a identidade é construída em torno de elementos, de símbolos positivos, necessitando ir ao encontro de necessidades do ser humano. O indivíduo carece ainda se considerar pertencente a esta identidade.⁴²

Assim, no caso desta pesquisa este conceito torna-se pertinente para compreender como diferentes sujeitos, especialmente as vítimas e os familiares dos ex-presos políticos, vêm valorizando e procurando dar legitimidade à sua voz em torno do arquivo analisado.

³⁷PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método... op. cit., p.39.

³⁸CHARTIER, Roger. Introdução. In: _____. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 17.

³⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método... op. cit., p.89.

⁴⁰HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 110-111.

⁴¹SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 82.

⁴²PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método... op. cit., p.91.

Em relação à memória, vários são os estudiosos que têm se debruçado sobre o tema e ressaltado a seletividade que a permeia. Para Michel Pollak:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.⁴³

A memória seria ainda, pois, um meio de permitir a relação passado e presente, interferindo no processo atual das representações. Por meio da memória “[...] o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.”⁴⁴

É necessário também entender a memória como sendo subjetiva⁴⁵, lembrando, todavia que nenhuma fonte é realmente objetiva, carecendo ser questionadas. Deve-se ter em consideração que a memória é algo que se altera no tempo, ganha novas significações com o passar dos anos. É algo mutável, em constante construção e transformação. De acordo também com Ecléa Bosi:

lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com as imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.⁴⁶

⁴³POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <reviravoltadesign.com/.../wp.../memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

⁴⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.9.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p. 55.

Portanto, o conceito de memória propõe pensar e analisar como esta vem sendo construída e mobilizada no Paraguai em torno ao *Archivo del Terror* e notadamente aos usos que dela vem sendo feitas no presente. E, por fim, para esta monografia, é premente destacar algumas questões relacionadas ao tema do arquivo. Este, desde o início da década de 1990, vem se constituindo em objeto de novos investimentos intelectuais em diferentes campos acadêmicos onde, conforme Luciana Heymann, as pesquisas desenvolvidas vêm:

[...] promovendo um deslocamento da abordagem tradicional, segundo a qual os arquivos eram vistos como depósitos dos fatos que conformaram o passado, ou melhor, como depósitos das ‘provas’ desse passado, para outra, em que são considerados parte do processo de construção de discursos sobre o passado.⁴⁷

Ou seja, nesta abordagem, os arquivos deixam de ser meros repositórios de fontes para tornarem-se objeto de análise. Neste sentido, a conceituação de arquivo dada por Foucault faz-se pertinente:

Eu chamarei *arquivo* não a totalidade dos textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto dos traços que se pode salvar do desastre, mas o jogo de regras que determinam, dentro de uma cultura, o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua remanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos e de coisas*.⁴⁸

Os diferentes estudos sobre o tema vêm mostrando assim que o arquivo “[...] raramente é mudo, apesar de opaco”⁴⁹ e que não há nele nenhum interesse essencial ou valor intrínseco para seu legado a posteridade. Esse interesse e/ou valor lhe é atribuído. Terry Cook, em suas reflexões, afirma que:

⁴⁷ HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar Do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2012, p. 23.

⁴⁸ FOUCAULT apud HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar Do Arquivo...* op. cit., p. 24.

⁴⁹ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.20.

Arquivos são construções sociais. Suas origens se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais dos ditadores, governos, negócios, associações, e indivíduos que os determinam e os mantêm. Apesar das mudanças em sua natureza, dos seus usos e da necessidade de preservá-los, os arquivos, desde os mnemons da Grécia Antiga são relacionados ao poder – à manutenção do poder, ao controle pelo presente daquilo que é, e será, conhecido sobre o passado e ao poder da lembrança sobre o esquecimento.⁵⁰

Para o historiador Jacques Le Goff, os documentos são monumentos, constituindo “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”⁵¹ Desta forma, os arquivos, assim como os incontáveis documentos a eles integrados, mais do que simples registros imparciais do tempo, são uma seleção, nada aleatória, de vestígios do passado.⁵² Critérios subjetivos norteiam e permeiam a sua produção, preservação e acumulação. Neles, segundo Arlette Farge em seu livro *O sabor do arquivo*:

A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se estivesse conquistado o privilégio de ‘tocar o real’. [...] Todavia, embora o real pareça estar ali, visível e palpável, na verdade só fala de si mesmo, e é ingenuidade acreditar que atingiu sua essência nesse ponto⁵³.

Artefatos dotados de historicidade onde incidem interferências configuradoras e uma série de atributos igualmente conformadores de

⁵⁰ COOK, Terry et alli. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. *Registro* [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n.3, jul.2004. Disponível em: < http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registro_3.pdf>. Acesso em: 20 jan.2014, p. 16.

⁵¹ LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 535.

⁵² *Ibidem*, p. 536.

⁵³ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo...* op. cit., p.18.

sentidos,⁵⁴ há no arquivo ainda um desejo de perpetuar dada imagem de si, que busca, em certo sentido, monumentalizar a instituição arquivada, grupos ou indivíduos.⁵⁵ Neste sentido, o arquivo não é neutro, mas fruto de relações de força e poder, vontade de preservação e representação, um campo permeado por lutas e disputas.

Campo este que em relação aos arquivos da repressão delinea algumas especificidades, que conforme Bauer e Gertz “[...] vão desde dúvidas sobre sua existência, passando por sua organização, preservação e difusão, questões que extrapolam os limites da arquivística e atingem os âmbitos éticos e políticos.”⁵⁶ E é neste sentido que no presente trabalho, considerar os arquivos da repressão:

[...] como instituciones con tensiones, jerarquias y luchas, es restituirles el carácter histórico y cultural, viéndolos en su carácter de espacios complejos que deben ser aprehendidos como objetos de reflexión a partir problemas y puntos de vista analíticos.⁵⁷

Por arquivos da repressão estou aqui compreendendo:

al conjunto objetos secuestrados a las víctimas o producidos por las fuerzas de seguridad (policías, servicios de inteligencia, fuerzas armadas) en acciones represivas (allanamientos, persecución, secuestros, tortura, desaparición, asesinatos etc.) perpetradas durante las últimas dictaduras militares en los países del Cono Sur⁵⁸.

Considerando tais questões, metodologias e conceitos, esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, serão abarcadas questões referentes à ditadura civil-militar no Paraguai, como

⁵⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar Do Arquivo...* op. cit., p. 13.

⁵⁵ CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Orgs). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI de Espanã Editores, 2002a, p. 218.

⁵⁶ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.p.178.

⁵⁷ CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos... op. cit., p. 197.

⁵⁸ Ibidem, p. 209-210.

o aparato repressivo, a vigilância constante da sociedade, a Operação Condor, e também as disputas e fissuras no Partido Colorado. No segundo capítulo abordarei algumas das narrativas sobre como foram encontrados os documentos do *Archivo del Terror*, considerando essas narrativas enquanto ‘versões’ do acontecimento e atentando a quem as mobilizava e o que buscavam, assim como salientar as disputas que as permeiam. No terceiro capítulo, serão realizadas algumas discussões sobre os usos contemporâneos deste arquivo, especialmente referentes à questão da memória. Falarei da criação do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*, seus usuários, etc. Discutirei as utilizações que deste arquivo vem sendo feitas para agilizar processos judiciais, assinalar responsabilidades, exigir reparações, entre outras questões. Abarcarei também neste capítulo os usos referentes à memória neste arquivo e como a memória na atualidade vem (re) significando as histórias e memórias da ditadura civil-militar paraguaia.

2. PERSPECTIVANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR PARAGUAIA

Entre as décadas de 1950 a 1980 os países do Cone Sul vivenciaram ditaduras civis-militares. Apesar de compartilharem um contexto de algum modo semelhante, estas tiveram algumas peculiaridades. O Brasil, por exemplo, foi marcado por vários governos militares (1964-1985), enquanto outros países, como o Paraguai, esteve sob a égide de um mesmo presidente, o general Alfredo Stroessner, durante trinta e cinco anos (1954-1989). Esta constituiu a ditadura mais longa que a América Latina já havia conhecido.

Para tanto, a ditadura paraguaia contou com um aparato repressivo que se estendia a todos os espaços sociais, visando o controle da população. Alguns pontos sobre esse governo autoritário são importantes para a compreensão do acervo documental que compõe o *Archivo del Terror*, e serão destacados no texto. A partir de algumas questões atinentes a ditadura civil-militar⁵⁹ stronista, procuro lançar outros olhares sobre a história deste período, um olhar que se atente sobre o sistema repressivo que se abateu sobre a sociedade paraguaia e que passou a exercer sobre ela um rígido controle, especialmente naqueles que se opunham ao regime vigente. Para tanto, o estado organizou um minucioso sistema de informes, registros, prontuários, arquivos visando um maior controle. Neste sentido, esse texto tem o objetivo de situar a/o leitora/or no cenário e nos acontecimentos ligados ao regime ditatorial stronista em que este acervo documental foi

⁵⁹Neste trabalho faço uso de ditadura *civil-militar* para o governo de cunho autoritário e repressivo que foi implementado no Paraguai na década de 1950. Considerando as leituras feitas a respeito da ditadura stronista, essa ideia de ditadura *civil-militar* possuiu embasamento na concepção de que esse regime teve apoio de parcelas da população civil no golpe. Compartilho com o historiador Enrique Serra Padrós a caracterização deste governo como uma Ditadura de Segurança Nacional. Esta se baseia, em aspectos gerais, na Doutrina de Segurança Nacional, no alinhamento junto aos Estados Unidos na busca da contenção da ‘ameaça comunista’, e a defesa dos cânones do capitalismo. Ver: PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 30-45, jan/jun. 2009; PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História-Anpuh Rio Grande do Sul. 2008.p.1-10.

produzido, de modo também a contribuir para entender os interesses e disputas que permeavam o período em que o acervo documental menos foi encontrado de quatro anos após o término da ditadura.

A ascensão de Alfredo Stroessner Matiauda à presidência do Paraguai por meio de um golpe de estado em 1954, conforme Enrique Padrós deu prosseguimento a uma dinâmica política marcada por regimes autoritários. Efetivamente, a história do Paraguai está pautada por uma longa sucessão de governos autoritários e militaristas.⁶⁰

Para Ceres Moraes, Stroessner consolidou seu governo em uma conjuntura interna e externa favorável a seu regime. No plano externo, a historiadora destaca que esta foi marcada pelo pós Segunda Guerra, assim como pelos conflitos impulsionados pela Guerra Fria e pelos interesses dos Estados Unidos da América e do Brasil na região. Em contrapartida, no plano interno, este foi marcado por instabilidades políticas, atraso e crises econômicas e pela fragilidade das instituições de representação democrática no país⁶¹.

Como as demais ditaduras do Cone Sul, o governo de Stroessner era apoiado por setores das elites nacionais e das classes médias, tendo por suportes a Doutrina de Segurança Nacional e seus métodos de repressão. Formulada nos Estados Unidos no período da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional fundamentava-se na concepção do suposto estado de ‘guerra total’, ainda que não declarada, entre o ‘mundo democrático’ e o comunismo, onde, para enfrentar esta ‘guerra’, todas as atividades políticas, econômicas, sociais de um país deveriam ficar subordinadas a segurança nacional⁶². Para tanto, um novo papel foi atribuído aos exércitos em que esta doutrina foi implantada, especialmente aos da América Latina, os quais caberiam proteger a ‘fronteira territorial’ do país contra ataques externos, assim como de ‘inimigos internos’. Para Nickson, “esta reinterpretación del papel tradicional de las Fuerzas Armadas les abrió a la posibilidad de ‘luchar’ dentro del territorio nacional contra la amenaza comunista”⁶³ a qual

⁶⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional...* op. cit., p.2.

⁶¹ MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner, 1954-1963*. (Coleção História). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

⁶² RIQUELME, Marcial Apud PAZ, Alfredo Boccia (et. al.). *En Los Sontanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Condor*. Assunção; Paraguai: Servi Libro; Expo libro, 2002.p.37

⁶³ NICKSON, Andrew. *La Guerra Fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014. Disponível em:

justificaría “[...] la sistemática violación de los derechos humanos de disidentes latinoamericanos durante la Guerra Fría, quienes fueron tachados con el mote de ‘subversivos’, ‘terroristas’ y ‘traidores a la patria’”⁶⁴.

De maneira geral, o regime de Stroessner pode ser dividido em três fases principais, segundo este autor⁶⁵: a primeira, entre os anos de 1954 e 1967, ficou conhecida como consolidação, sendo o período no qual a ditadura atuou de modo mais repressivo e brutal cerceando a oposição, especialmente aquela presente no Partido Colorado e nas Forças Armadas⁶⁶. A segunda fase, denominada de expansão, compreendendo o período de 1968 a 1981, foi o momento da expansão econômica do país, com o aumento da exportação da soja e algodão. E a terceira, que seria de 1982 a 1989, intitulada de fase de decomposição, e que foi marcada pelas fissuras no Partido Colorado assim como pelo final da construção da represa de Itaipú, onde os problemas sociais e econômicos voltaram a se agravar. No entanto, premente destacar que ao longo de todas essas três fases os órgãos de repressão estavam em permanente funcionamento, vigiando e operando de forma violenta.

Aparentando, permanentemente, uma fachada de legalidade institucional e democrática, de modo a convencer a opinião pública internacional e inibir suas críticas e ataques, Stroessner promulgou uma Constituição:

[...] cuyo perfil era democrático y pluralista; las elecciones legislativas y presidenciales se desarrollaban regularmente según el calendario constitucional; existía una oposición legal en el

<http://www.academia.edu/7132338/La_Guerra_Fr%C3%ADa_y_el_Paraguay>. Acesso em: 17 set. 2014, p. 27.

⁶⁴Idem.

⁶⁵ NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner: 1954-1989. In: BREZZO, Liliana; TELESCA, Ignacio et al.(Orgs). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010. 265-294. Disponível em: <http://works.bepress.com/andrew_nickson/14>. Acesso em: 17 set. 2014.

⁶⁶ Segundo Lorena Soler, dos presos e torturados dos primeiros anos do governo de Stroessner, 90% pertenciam ao Partido Colorado e as Forças Armadas. SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Asunción: Editorial Arandurá, 2014, p. 116.

Legislativo, es decir, reconocida y tolerada por el partido de gobierno.⁶⁷

No decorrer de seu regime, Stroessner foi reeleito sete vezes, tendo sido crucial para a longevidade do regime a aliança que este forjou como presidente da República com os militares e seu partido político, o Partido Colorado.⁶⁸ Controlando as Forças Armadas, principalmente através da distribuição de privilégios e pela corrupção, a aliança entre os militares e o Partido Colorado teve não somente como consequência a ‘partidarização’ das Forças Armadas, mas também a militarização do Partido Colorado com a nomeação de generais como presidentes da Junta de Governo do partido⁶⁹. Conforme Moraes:

Desde o início de seu governo, manteve os colorados na administração burocrática do Estado por considerações pragmáticas, para obter o respaldo e a legitimidade política de um partido tradicional com raízes populares, pois ao mesmo tempo detinha em suas mãos o controle absoluto do partido e do país. O apoio do Partido Colorado era-lhe útil não só por lhe dar legalidade, como também por facilitar-lhe a consolidação do poder, uma vez, que teve papel de destaque na repressão desencadeada contra a oposição⁷⁰.

Deste modo, tal partido se constituiu para Stroessner em uma das instituições centrais que possibilitou recrear esta nova forma de dominação política sob a organização de um formato democrático. Pois, ainda segundo as reflexões desta autora:

O partido Colorado além de lhe dar base e sustentação política e social, era também um excelente instrumento de dominação da sociedade, através entre outros, do controle e cooptação das instituições e organizações tais como sindicatos, associações etc. Sem contar o domínio total da estrutura burocrática do Estado, pois exigia-se que

⁶⁷STABILI, Maria Rosaria. Opareí; la justicia de transición em Paraguay. *América Latina Hoy*, 61, 2012, p. 140.

⁶⁸NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner: 1954-1989... op. cit., p.277.

⁶⁹SOLER, Lorena. *Paraguay...* op. cit., p. 127.

⁷⁰MORAES, Ceres. *Paraguai...* op. cit., p.48.

todos os ocupantes de cargos públicos, do mais alto ao mais baixo escalão do funcionalismo fossem filiados ao Partido Colorado que servia também de ótima fonte de recursos, uma vez que todos os funcionários públicos estavam obrigados a descontar 5% de seu salário, como contribuição partidária.⁷¹

Além disso, a filiação ao Partido Colorado constituiu-se ainda como uma forma de adquirir algumas vantagens, assim como de se proteger, poupar problemas ou, de levantar suspeitas sobre si mesmo ou sua família. Em entrevista a Janine Gomes da Silva, Martin Ibarola, paraguaio que vivia exilado desde criança com a família na Argentina, comenta sobre alguns desses problemas:

[...] yo vivía me acuerdo, venia de la Argentina a ver a mi abuelo, mis tios. Lo primero que hice fue enrolarme del Partido Colorado , un carnet, dos, un carnet cívica y un carnet. Vos con eso vos podes andar en la calle de noche todo, si te llevan preso, de la seccional colorado, el comisario mandaba mas que el presidente seccional colorado te podían sacar, pero que pasa con los otros que no estuvieron con ellos, ellos lo que tuvieron muchos problemas...⁷²

Para o regime stronista, ser considerado cidadão ou ter direitos implicava em estar afiliado. Não cumprindo esta ‘condição’, muitas pessoas não eram atendidas nem mesmo nos serviços de saúde.⁷³

Marcado no cenário internacional pelos anos da Guerra Fria, Stroessner se vangloriava de ter feito do país uma nação anticomunista. Pautado por tal discurso, justificava assim a repressão perpetrada contra a oposição, muitas vezes por meio da eliminação física dos ‘subversivos’, buscando também obter apoio popular e ajuda externa, através do discurso da necessidade da paz e da ordem.⁷⁴ Segundo

⁷¹ Ibidem, p. 55-56.

⁷² IBAROLA, Martin. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguay, 13/06/2012. Acervo do LEGH/UFSC, p.8.

⁷³ COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final AnivehaguãOiko-Síntesis y Caracterización del Régimen*. T. 1. Assunção: Paraguai: J.C. Medina. 2008, p.163.

⁷⁴ MORAES, Ceres. *Paraguai: aop. cit.*, p.10.

Aguilar, Paz e Salerno “la pacificación del país, la estabilidad económica y la contención de la subversión comunista eran los pilares de la propaganda del régimen que, hay que decirlo, era apoyado por varios sectores de la población.”⁷⁵

Para tanto, o governo ditatorial modernizou e articulou todo seu aparato de informação, repressão e controle.⁷⁶ Compartilhada pelas Forças Armadas e pela polícia, a estrutura repressiva estava centralizada na Policía de la Capital, na qual o “centro neurálgico de la represión política era el Departamento de Investigaciones, situado en el microcentro asunceno”⁷⁷. Maria Rosaria Stabili aponta em seu artigo como este estava estruturado:

Al interior del Departamento de Investigaciones se constituyó la Dirección de Política y Afines, organizada por secciones: la sección política se preocupó de perseguir a los etiquetados como comunistas y los subversivos en general; la obrera controló la actividad de los sindicatos y de los trabajadores al interior de los establecimientos; la de control, monitoró puertos, aeropuertos y las líneas de transportes de tierra. Nada quedó fuera del control del régimen.⁷⁸

Também nas dependências policiais distribuídas pelo país, registrar e informar o que se passava instituía-se como tarefa diária. Com o auxílio de órgãos do Partido Colorado, que possuíam filiais por todo o Paraguai, e de uma rede extensiva de informantes, chamados *pyragüe*, o regime stronista vigiava e filtrava todos os espaços sociais, montando um sistema repressivo estruturado e organizado que se estendia a toda a sociedade. Importante ressaltar o papel dos *pyragües*, responsáveis pelo controle das atividades dos opositores ao regime. Segundo o jornal *El Siglo*⁷⁹ do Chile:

⁷⁵PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: los archivos del terror...* op. cit., p. 17.

⁷⁶STABILI, Maria Rosaria. *Opareí...* op. cit., p.139.

⁷⁷PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p. 19.

⁷⁸STABILI, Maria Rosaria. *Opareí...* op. cit., p. 140.

⁷⁹ El Siglo é um periódico do Partido Comunista do Chile, fundado no ano de 1940 e que foi fechado durante a Ditadura de Pinochet. Desde de 1989 tem publicações semanais.

Em idioma guarani, que los paraguayos hablan más fluidamente que el español, ‘pyrague’ significa pies con pelos, o pisada cautelosa. Com esta denominación se conoce aquí a los integrantes de la vasta y espesa red de soplónaje montada por Pastor Coronel, la que permitía conocer y controlar los pasos que daban desde las principales figuras del régimen hasta el último paraguayo, pasando por militantes de partidos políticos y organizaciones sociales, fueran ellas sindicales, estudiantiles o de derechos humanos ligadas a las Iglesias, así como a los funcionarios del aparato estatal⁸⁰.

Músicos, taxistas, donos de bares, professores universitários, vendedores ambulantes, dirigentes de vários setores e uma gama de outros personagens comprendiam os soplones, como eram também conhecidos os *pyragues*. Alguns deles, recebiam salários pelos informes diários que faziam, obtendo ainda alguns benefícios por portar um cartão de agente confidencial, pois “la credencial del soplón significaba pasaje gratis em lineas de transporte y entrada gratuita a los más diversos espectáculos y eventos [...]”⁸¹. Além disso, inspirava um temeroso respeito, como é possível apreender na notícia veiculada no jornal Última Hora a menção do nome “de algún individuo, por parte de los *pyragüés* ya era causa suficiente para que el afectado ingresara em la lista negra y fuera perseguido sistemáticamente hasta terminar em los calabozos golpeado y torturado”.⁸²

Possuindo um papel central na manutenção do controle social durante o stronismo, o sistema repressivo do regime, para Andrew Nickson, diferentemente das demais ditaduras vivenciadas no Cone Sul

⁸⁰ HERREROS, Francisco. Manual para entender el Archivo del Terror. El código genético de uma dictadura. El Siglo, Santiago, 3-9 abr. 1993, p. 3. In: AGUILAR, Rosa Palau. *De ‘Archivo del Horror’ a Centro de Documentación para la Defensa de los Derechos Humanos*. Asunción: CDA, Corte suprema de Justicia, Fiscalía General del Estado, 1993.

⁸¹ ‘LA TÉCNICA’ contaba con infiltrados em todas partes: revelaciones de documentos incautados. *ABC Color*, Asunción, p. 3, 12 ene. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

⁸² QUIEN hablaba con un sopechoso era fichado. *Última Hora*, Asunción, p. 31, 28 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

no período correlato a de Stroessner não criou unidades policiais paralelas ou milicianas clandestinas, utilizando as estruturas formais que dispunha o Estado. Além disso, também não se armou centros de tortura e detenção clandestinos, realizando estas nos próprios quartéis da policia e/ou delegacias.⁸³

É neste sentido que o governo stronista perpetrou graves violações de direitos humanos de forma manifesta e publicamente conforme afirma Lorena Soler, em seu livro *Paraguay: la larga invención del golpe*. Preferindo a transparência e visibilidade dos mecanismos repressivos “[...] siempre que fuera posible, se mostraba o se hacía saber el destino sufrido por los prisioneros [...]”⁸⁴. Além disso,

El regimen de Stroessner puso em práctica una exitosa estrategia de contra-insurgencia de tipo ‘repression preventiva’ [...]. Bajo esta estrategia, el más mínimo indicio de una oposición violenta recibía una respuesta tremendamente desproporcionada de parte de las fuerzas de seguridad. Esto consistia em la detención, interrogación, tortura y encarceramiento de un círculo muy amplio de individuos, cuyo único ‘crimen’ fue el ser pariente, amigo, colega de trabajo o vecino de ese numero muy reducido de personagens dispuestos a dedicarse a una resistencia armada al régimen.⁸⁵

Esta estratégia, reforçada pela ação dos *pyragües*, beneficiava um clima de tensão, temor e desconfiança na população paraguaia ante a possibilidade de ser delatado, capturado, preso ou de ser vítima de desaparecimentos. Guillermina Kanonnnikoff Flores⁸⁶, militante durante

⁸³NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner: 1954-1989... op. cit., p.277.

⁸⁴SOLER, Lorena. *Paraguay*... op. cit., p. 136-137.

⁸⁵ NICKSON, Andrew. Oposición armada al régimen de Stroessner: una reseña de diez libros sobre el tema. In: LACCI, Marcelo (Org). *Insurgentes*. Asunción; Arandura; Novapolis, 2004, p. 72.

⁸⁶Guillermina Kanonnnikoff Flores por sua atuação na OPM foi presa quando estava no sétimo mês de gravidez, junto com seu marido, Mário Schaerer Prono, que também militava na mesma organização. Ambos foram levados ao centro de investigação da polícia, no ano de 1976, onde foram interrogados e torturados. Seu marido e companheiro morreu pelas mãos dos torturadores. Ela, por sua vez, teve seu filho na prisão. Desde então tem lutado para culpabilizar os principais responsáveis pela morte de seu companheiro Mário. FLORES,

a ditadura stronista de uma organização de esquerda denominada Organización Primero de Marzo (OPM)⁸⁷, salienta o medo que impreganava a sociedade e o estigma infligido aos que se opunham ao regime:

Foi muito difícil poder sobreviver com o estigma de guerrilheiros, estando na ditadura. Nós éramos como que pessoas que haviam adquirido um mal incurável. Não tínhamos amigos, familiares tinham se reduzido ao mínimo, ao núcleo mais próximo. Muitos fugiam de nós, porque a sociedade temerosa pelo sistema imperante, o qual através do medo impunha o *status quo*, então a sociedade não se atrevia a romper esse círculo. Então a ditadura, através do medo mantinha as pessoas submissas, mantinha postergada, atemorizada⁸⁸.

Stroessner, já nos primeiros anos de seu governo conseguiu neutralizar e eliminar a oposição. Para a militarização do poder dos espaços privados e políticos utilizou primeiramente o exército e posteriormente as forças policíacas⁸⁹.

Como conseqüências, durante seu governo, inúmeros (as) paraguaios (as) foram torturados (as), exilados (as), mortos (as) ou presos (as) por motivos políticos. Conforme o relatório final da Comisión de Verdad y Justicia, aproximadamente 20.090 pessoas foram vítimas diretas de violações de Direitos Humanos no Paraguai, das quais 19.862 foram detidas de forma arbitrária ou ilegal; 18.772 foram torturadas; 59 executadas extrajudicialmente; 336 desaparecidas e 3.470

Guillermina Kanonnnikoff. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

⁸⁷A OPM, Organización Primero de Marzo, também chamada Organización Político Militar, foi um grupo de resistencia armada que surgiu na segunda metade do governo de Stroessner. Grupo clandestino, sua existência foi descoberta antes que estivera em condições de realizar alguma operação consistente. Capturando, em 1976 seus principais líderes, foram realizadas ações repressivas que se estenderam a outros setores sociais que não possuíam relação com a OPM. PAZ, Alfredo Boccia. OPM: la profecía autocumplida. In: LACCI, Marcelo (Org). *Insurgentes*. Asunción; Arandura; Novapolis, 2004, p. 167

⁸⁸ FLORES, Guillermina Kanonnnikoff. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff... op. cit., p. 21-22.

⁸⁹ STABILI, Maria Rosaria. Oparef... op. cit., p. 139.

exiladas⁹⁰. Como forma de sobreviver ou manter-se no país, muitas pessoas preferiram “[...] mantenerse en una gélida indiferencia política o adherirse sin limites al partido oficialista y proclamar loas al gobierno”⁹¹.

Com seu eficiente sistema repressivo, na década de 1970, a ditadura stronista participou da Operação Condor a qual, como ressalta Oswaldo Coggiola “resultou em um terreno ideal para levar a cabo operações encobertas da CIA para favorecer as ditaduras sul-americanas.”⁹² Pacto repressivo⁹³ entre os regimes autoritários da Bolívia, Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e Paraguai e apoiada pelos Estados Unidos para coordenar operações repressivas, objetivando a eliminação de oposição ou resistência e unificar toda e qualquer informação policial:

La Operación Condor no hubiera existido sin un fuerte soporte ideológico capaz de unir los ejércitos de la región por encima de los obstáculos históricos que los separaban. Los resquemores y celos nacionalistas habían originado varias guerras y numerosas disputas territoriales y políticas a lo largo del siglo XX.⁹⁴

A luta contra o comunismo, a subversão e o terrorismo constituía a justificativa ideológica e política da Operação Condor. No Paraguai, ocorreram desaparecimentos e seqüestros de pessoas de outros países da região, da mesma maneira em que prisioneiros políticos foram trocados por entre esses territórios.

⁹⁰COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final Anivehaguã Oiko-Síntesis y Caracterización del Régimen*. T. 1... op. cit., p.46.

⁹¹VERA, Myrian Gonzáles. *Los Archivos del Terror del Paraguay...* op. cit., p.87.

⁹²COGGIOLA, Oswaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 68.

⁹³ Para Coggiola “A justificativa ideológica e política dessa aliança repressiva internacional foi a luta ‘contra a subversão, o terrorismo e o comunismo’. Sua magnitude e métodos transbordaram totalmente as supostas necessidades de um enfrentamento contra as organizações da guerrilha urbana existentes que ,na segunda metade da década de 1970, quando atingiu-se o clímax da repressão ,já estavam marginalizadas e semi-destruídas.” COGGIOLA, Oswaldo. *Governos Militares na América Latina...* op. cit., p. 70.

⁹⁴PAZ, Alfredo Boccia, LÓPEZ, Miguel H.; PECCI V. Antonio. (et. al.). *En Los Sontanos de los generales...* op. cit.,p.35.

Na década 1980, entretanto, algo começou a mudar, apesar da repressão. Denúncias por parte da oposição civil adquiriram grande influência, as críticas das igrejas cristãs se multiplicaram, a voz do povo exilado foi reconhecida pela opinião pública Internacional como a Organização das Nações Unidas (ONU), a imprensa clandestina divulgou informações sobre a corrupção e violações do regime, etc.⁹⁵ Além disso, tímidas mobilizações sociais começaram a aparecer.

Neste momento houve também a mudança de postura estadunidense em relação aos Direitos Humanos, notadamente a partir do governo de Jimmy Carter⁹⁶. Em seu entorno, países como Argentina e Brasil iniciavam processos democráticos. Stroessner e seu regime cada vez mais estavam isolados.

Importante assinalar que o crescimento econômico com a construção de Itaipú gerou novos setores empresariais que buscavam uma melhor inserção internacional. Tais setores, ligados ao capital estrangeiro e não tendo o mesmo tipo de relação com o regime como ocorrera com outros grupos, acabou propiciando como ressalta Roberto Paredes, a formação de dois grupos dentro do Partido Colorado e a fissura do mesmo. O primeiro, denominado *tradicionalistas*, compreendiam os grandes sobrenomes dentro da organização; e os *neocolorados* ou também chamados *militantes* eram principalmente jovens de procedência camponesa que se formaram profissionalmente e converteram-se em uma burocracia governamental cada vez mais influente⁹⁷.

Em agosto 1987, as contínuas e profundas divisões no seio do Partido Colorado culminaram em uma ruptura a partir do Congresso do Partido, quando os militantes tomaram o controle partidário por meio da força impedindo a entrada dos *tradicionalistas*. Uma lista com quatro candidatos militantes denominada de *cuatrinomio de oro* foi eleita para liderar o partido sem oposição. Stroessner, identificado sucessivamente com os denominados *militantes* que ajudaram a reforçar sua base política no ano 1988, quando com 89% dos votos, conseguiu ainda se reeleger pela sétima vez,⁹⁸ via a ‘unidade granítica’ de seu regime fragmentar-se.

⁹⁵STABILI, Maria Rosaria. Opareí... op. cit., p.140.

⁹⁶PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional...* op. cit., p.5.

⁹⁷PAREDES, Roberto. *El Ultimo Bastión*. Asunción: Servilibros, 2006, p. 29.

⁹⁸NICKSON, Andrew. *El régimen de Stroessner: 1954-1989...* op. cit., p.273.

No final do ano de 1988 e início de 1989 estas divisões se tornaram ainda mais aprofundadas. Luis Maria Argaña⁹⁹ advogado e membro da *Corte Suprema de Justicia* se tornou o chefe dos tradicionalistas fazendo varias reuniões em todo o país e impulsionando a oposição aos militantes. Além disso, a tentativa por parte dos *militantes* de reorganizar as forças armadas para retirar Andrés Rodriguez, comandante do Primeiro Corpo do Exército e outros oficiais não stonista do controle das tropas, dificultou ainda mais a situação. Segundo Stabili, Stroessener ainda:

Ordenó un último y violento intento represivo, pero por primera vez se encontró frente a una oposición organizada, amplia y extendida al extranjero. La coyuntura internacional no fue la más favorable: los países vecinos – Argentina, Brasil, Chile, Uruguay – habían vivido procesos de transición política, la Unión Soviética estaba en una etapa de descomposición, Estados Unidos experimentaba un cambio de rumbo en su política exterior y no tenía ningún interés en mantener buenas relaciones con el régimen [...]. Este cuadro agudizó las contradicciones surgidas dentro del partido de gobierno y de las Fuerzas Armadas. El sistema colapsó.¹⁰⁰

Em 03 de fevereiro de 1989, um golpe de Estado do Partido Colorado, liderado pelo general Andrés Rodríguez¹⁰¹, um dos principais nomes do regime stonista, contando com apoio, sobretudo de Washington, porém também de grupos de colorados *tradicionalistas*, da Igreja Católica e demais igrejas cristãs que haviam lutado contra a ditadura, finalmente destituíram Stroessner. Recebendo asilo político no

⁹⁹ Argaña foi presidente da Corte Suprema de Justicia entre 1983 a 1988 quando foi afastado do cargo devido às divisões no Partido Colorado. Posteriormente, em 1998 se tornou vice-presidente do Paraguai, cargo que exerceu até 23 de março de 1999 quando foi assassinado.

¹⁰⁰ STABILI, Maria Rosaria. Oparej... op. cit., p. 142.

¹⁰¹ Importante destacar também os laços familiares que uniam Stroessner a Andrés Rodríguez, sendo que um dos filhos do primeiro era casado com Martha, filha de Rodríguez.

Brasil, Stroessner viveu impunemente neste país até sua morte, no ano de 2006, em Brasília¹⁰².

Lorena Soler afirma que “[...] el derrocamiento del general Alfredo Stroessner muestra a las claras que tal proceso se inicia desde arriba y por una crisis interna del próprio régimen.”¹⁰³ Neste sentido, para Céspedes, o acontecimento constitui:

una transición conservadora, política, económicamente, en cuanto que busca reestructurar a las fuerzas políticas dominantes, como son el Partido Colorado y las Fuerzas Armadas, y restaurar la alianza del gobierno con la Iglesia Católica. Asimismo, mantiene y favorece en términos económicos, a los sectores dominantes: el empresariado agroexportador y financiero. Incluso, los incorpora a la condición económica del gobierno y este se vuelve más permeable a sus demandas¹⁰⁴.

Marcada por uma transição permeada de singularidades, pois “continuó comandada por las figuras principales que habían apoyado al caído dictador”¹⁰⁵ e onde “el Partido Colorado se modernizó como pudo, enfrentó contradicciones e incoherencias, pero siguió ganando elecciones, ahora con las presuntas ‘reglas de la democracia’”¹⁰⁶, o Paraguai experimentou entretanto uma mudança significativa neste momento.

Segundo Stabili, o general Andrés Rodrigues, por exemplo, a partir do golpe, buscou normalizar a situação convocando eleições presidenciais e legislativas para maio do mesmo ano¹⁰⁷. Candidato pelo Partido Colorado, foi eleito com setenta e sete por cento dos votos. Para esta autora, uma de suas primeiras iniciativas foi propor binômio

¹⁰²SILVA, Tamy Amorim da. *Usando o gênero como arma: trajetória de mulheres na resistência as ditaduras*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, p. 27.

¹⁰³SOLER, Lorena. *Paraguay...* op. cit., p. 203-204.

¹⁰⁴CÉSPEDES, Roberto L. Autoritarismo, sindicalismo y transición en el Paraguay (1986-1992). *Novapolis*, Asunción, Arandurã Editorial, mayo 2009, p. 87.

¹⁰⁵PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p. 19.

¹⁰⁶Idem.

¹⁰⁷STABILI, Maria Rosaria. *Oparef...* op. cit., p. 143.

‘Forças Armadas e Partido Colorado’ para o seu governo, o qual perdurou no país durante os 35 anos da ditadura de Stroessner. Seu governo buscou respeitar as liberdades civis, assim como autorizou o livre desenvolvimento das atividades políticas, além de todos os movimentos e partidos, inclusive o comunista. Autorizou ainda o regresso dos exilados e declarou seu compromisso efetivo na defesa dos direitos humanos, prometendo democratizar o Estado¹⁰⁸.

Além disso, no governo de Rodríguez foram adotadas algumas medidas direcionadas ao respeito para com os Direitos Humanos no país. Em agosto de 1989, por exemplo, foi ratificado a Convenção Americana sobre Direitos Humanos conhecida como *Pacto de San José de Costa Rica*. Além disso, foram revogadas as leis antissubversivas nº 294/55 *De defensa de la Democracia*, e nº 209/70 *De defensa de la paz publica y libertad de las personas*. Em outubro deste ano, o Paraguai também assinou a *Convención contra la tortura y otros Tratos o Penas Cruels, Inhumanos o Degradantes* das Nações Unidas e la *Convención Interamericana para Prevenir y sancionar la Tortura*¹⁰⁹. Rodríguez também:

se encargó de impulsar el establecimiento de una Asamblea Constituyente para la redacción de una nueva Carta Magna. El 1 de diciembre de 1991 se realizó la elección para seleccionar a los 198 convencionales que formarían parte de la Asamblea. Tras varios meses de deliberaciones, la nueva Constitución fue sancionada el 20 de junio de 1992. Las últimas semanas de la Asamblea se habían caracterizado por la controversia entre los convencionales y el presidente Rodríguez luego de la aprobación del artículo que prohibía taxativamente la reelección del primer mandatario. Se llegó a temer la posibilidad de un

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay: Instrumento constitucional para el hallazgo de los Archivos Secretos de la Policía. La importancia jurídica, histórica y política de estos archivos*. 2008. Tese (Doutorado). Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Asunción: Paraguay, 2008, p.93-94.

golpe de Estado y movilizaciones de tropa. Algo que no ocurrió [...].¹¹⁰

Além da impossibilidade de se reeleger, Rodríguez también “[...] perdió poder para nombrar y cambiar jueces, abrir y clausurar el Congreso a voluntad y controlar el Presupuesto del Estado.”¹¹¹ No Paraguai abria-se assim a possibilidade de uma nova configuração política, na perspectiva de ter um presidente civil após décadas sob domínio dos militares. Além disso, uma nova figura pela primeira vez fazia parte da constituição paraguaia, o *habeas data*, no qual:

toda persona puede acceder a la información y a los datos que sobre sí misma, o sobre sus bienes, obren en registros oficiales o privados de carácter público, así como conocer el uso que se haga de los mismos y de su finalidad. Podrá solicitar ante el magistrado competente la actualización, la rectificación o la destrucción de aquellos, si fuesen erróneos o afectaran ilegítimamente sus derechos¹¹².

Desse modo, o *habeas data* constituía de grande importância para as vítimas e familiares que podiam ter acesso aos documentos da ditadura stronista. Importante salientar ainda que logo no início do processo de redemocratização, as vítimas e familiares destas iniciaram processos judiciais contra os chefes da repressão da ditadura. Conforme o Informe da *Comisión de Verdad y Justicia*:

En 1989, el primer juicio que ingresa a tribunales es el iniciado por Guillermina Kanonnikoff de Schaerer Prono, por el asesinato de su marido, Mario Schaerer Prono, producido en el Departamento de Investigaciones a causa de tortura En mayo de 1992 el Juzgado en lo

¹¹⁰CARTA Magna cumple 22 años. *ABC Color*, Assunção, 20/06/2014. Disponível em: < <http://www.abc.com.py/nacionales/carta-magna-cumple-22-anos-1257719.html>>. Acesso em: 26 set. 2014.

¹¹¹UNA SOMBRA ancha sobre las elecciones en Paraguay: Stroessner. *ABC Color*, Asunción, p. 8, 22 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

¹¹²STABILI, Maria Rosaria. Opareí... op. cit., p. 143-144.

Criminal del 2º Turno dictó la Sentencia Definitiva Nº 25, por la que se condenó a 25 años de prisión a Lucilo Benítez, Camilo Almada Sapriza, Juan Martínez, Pastor Milciades Coronel y a 5 años de prisión a Francisco A. Brítez Borges¹¹³.

Todavía, muitos juízes tiveram que parar outros processos devido à falta de provas, pois os policiais declararam que os desaparecidos além de outras vítimas, nunca estiveram presos, sendo os crimes negados e os abusos cometidos minimizados. Porém, esta situação passou a mudar quando nos últimos dias do ano de 1992, menos de três anos depois do término da ditadura, foram encontrados os documentos do denominado *Archivo del Terror*, como ficou conhecido no Paraguai os documentos redigidos pelo sistema repressivo.

¹¹³COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final Anivehaguã Oiko-* Alguns Casos paradigmáticos. T. 7. Assunção: Paraguai: J.C. Medina, 2008, p. 306.

3. 'ARCHIVO DEL TERROR': DIFERENTES NARRATIVAS SOBRE SUA DESCOBERTA

En un local de la Policía de la Capital ubicado en Lambaré fueron encontrados ayer los documentos del archivo del Departamento de Investigaciones. Fichas, fotos, cartas, informes y grabaciones confirman la violenta y sanguinaria represión política ejercida por la Policía durante la dictadura de Stroessner¹¹⁴.

Em 22 de dezembro de 1992, o juiz José Agustín Fernández, juntamente com o ex-presos político Martín Almada, o deputado Francisco José Vargas e vários jornalistas encontraram inúmeros documentos do regime stronista no *Departamento de Producción de la Policía de la Capital*, no bairro Santa Lucía, Lambaré, cidade localizada próxima a capital Assunção. Nos últimos dias de dezembro do ano de 1992, esta constituía, como na reportagem acima, a principal notícia veiculada nos jornais do Paraguai.

Neste dia, chegando ao referido local, estes foram atendidos pelo comissário Ismael Aguilera. Subdiretor deste Departamento, Aguilera procurou procrastinar a entrada do grupo, alegando a necessidade de aguardar a chegada de seu superior, o diretor Santiago Flores Torres. Entretanto, o juiz José Agustín Fernández, afirmando sua autoridade jurídica, ordenou-lhe que os deixem vistoriar o espaço. Atravessando o pátio da instituição, conduzidos por Martín Almada que afirmava saber a localização dos documentos, chegaram ao primeiro andar de uma pequena dependência. Ali, encontram uma sala cuja porta se encontrava cadeada. Aberta a dependência à golpes de martelo,¹¹⁵ os documentos se encontravam “apilados hasta en un metro de altura y ocupaban totalmente el recinto, al punto de llegar hasta la altura de la ventana y apenas dejaban un pequeño espacio que permitía entreabrir la

¹¹⁴ LAS HUELLAS de la represión. *ABC Color*, Asunción, p. 1, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

¹¹⁵FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit., p. 86-87.

puerta de entrada”.¹¹⁶ Conforme é possível perceber na fotografia a seguir, a documentação fora colocada no local sem a preocupação com o material tendo em vista que se encontravam espalhados e empilhados desorganizadamente.

Figura 1: Documentos do ‘Archivo del Terror’.



Fonte: ABC COLLOR. Documentos depositados desordenadamente en El Departamento de Producciones de la Policía de la Capital en Lambaré, en el momento de ser descubiertos en Diciembre de 1992. 1992. 1 fot: p&b, digital. Acervo documental do ‘Archivo del Terror’ no Paraguai.

¹¹⁶ CAYÓ el archivo secreto de la Policía de Stroessner. *ABC Color*, Asunción, p. 2, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

A primeira ação do juiz Fernández foi convocar o juiz de turno, Luis María Benítez Riera, que juntos decidiram levar tais documentos ao *Palacio de la Justicia*, da Corte Suprema na capital paraguaia. Como aponta o jornal ABC Color, “[...] labor en la cual colaboraron los periodistas que cubrían el allanamiento, así como ex presos políticos del régimen stronista que concurren al lugar al enterarse del hallazgo.”¹¹⁷

Depois de aproximadamente 12 horas de trabalho, de várias idas e vindas do Tribunal dos juízes a este local, os documentos finalmente são dali retirados. Importante assinalar o papel da imprensa. Esta havia sido avisada na noite anterior por Martín Almada que dizia saber da localização deste arquivo. Almada havia informado a RPC, *Red Privada de Comunicación*. Os integrantes desta rede, temerosos que a informação vazasse e que os documentos fossem destruídos, durante toda a noite que precedeu a localização desses documentos, vigiaram este Departamento, sendo sua sede localizada cerca de quinhentos metros do *Departamento de Producción*.¹¹⁸

Esse acontecimento, entretanto, é marcado por diferentes narrativas de como se obteve a informação de que estes documentos se encontravam no *Departamento de Producción* em Lambaré. Dentre essas, há aquelas que se identificam com aquilo que se aproxima de uma versão mais reconhecida/autorizada nos meios de comunicação, em bibliografias sobre o assunto, como as de Martín Almada e de José Agustín Fernández. Contudo, há outras narrativas que se afastam e se confrontam com estas, problematizando inclusive a questão de esta se constituir em uma ‘descoberta’¹¹⁹, como as de Ismael Aguilera, Rosa Palau Aguilar, Francisco de Vargas e Roberto Paredes.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Igualmente nesta ocasião, foram encontrados e desenterrados documentos que haviam sido ocultados no pátio do Departamento de Producciones, depois que Almada revelou que tinha a informação da existência dos mesmos ao juiz Benítez Riera. VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay. La historia oculta de la represión... op. cit., p.88.

¹¹⁹ Utilizo a palavra ‘descoberta’ entre aspas, pois compreendo que essa palavra se deu em um momento histórico específico e entendo que existem outras narrativas que vão na contramão dessa palavra, ou seja, que os documentos teriam sido ‘encontrados’, ‘entregues’, ou seja, colocados no local para serem localizados. Neste trabalho, que foi se construindo e se transformando ao longo de sua urdidura e das fontes que tive acesso (algumas um mês antes de finalizar a monografia), uso a palavra *encontrados* ou *localizados*. Pois, a análise de variadas entrevistas e jornais que tive contato, permitiram inferir que esses documentos foram ‘encontrados’, colocados no local Lambaré e ali localizados.

Perspectivar algumas dessas narrativas, considerando-as enquanto ‘versões’ do acontecimento, atentando ainda a quem as mobilizava e o que buscavam, assim como salientando as disputas que as permeiam e como elas vêm favorecendo outras histórias e memórias sobre o acontecimento é o que busco neste capítulo. Ressalto ainda que o acervo do *Archivo del Terror* é constituído também por documentos provenientes de outros arquivos encontrados logo após aos do *Departamento de Producción* em Lambaré. Entretanto, por este ser o mais completo em termos documentais, além de ser considerado o que teve o maior impacto¹²⁰, as memórias e narrativas as quais tive acesso sobre ele foram mais abundantes, contribuindo para delimitar meu objeto de pesquisa.

3.1 *HABEAS DATA* E PROCEDIMENTO JUDICIAL: A NARRATIVA AUTORIZADA DE JOSÉ AGUSTÍN FERNÁNDEZ

Em 11 de setembro de 1992, Martín Almada, ex-presos político, assessorado por advogados do *Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencias* (CIPAE), solicitavaperante o poder judiciário paraguaio um pedido de *habeas data*. Tal requerimento, “[...] el primer pedido de la nueva figura jurídica que fue consagrada en la nueva Ley Suprema del país”¹²¹ conforme anunciava o jornal Noticias no dia seguinte a solicitação, foi remetido ao juiz de Primeira Instância no Criminal do Terceiro Turno, José Agustín Fernández visto que, segundo a Constituição promulgada em 1992, todos os juízes de primeira instância podiam intervir em casos de garantias constitucionais¹²².

Entretanto, entendo que outras narrativas, outros olhares podem ainda aparecer e apresentar outros contornos sobre a questão. Considerando estas narrativas como ‘versões’, cada uma com suas singularidades, procuro notadamente ainda salientar o que buscam esses sujeitos ao defenderem essas narrativas.

¹²⁰ VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p.96.

¹²¹ MARTÍN Almada promovió el recurso de ‘habeas data’: Es la primera utilización de esta figura. Noticias, Asunción, 12 sep. 1992. In: ALMADA, Martín. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010, p. 253.

¹²² FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel. Assunção, Paraguai, 08/05/2014. Acervo do LEGH/UFSC.

Funcionário judicial desde 1983, fiscal de crime a partir de 1989, tendo ingressado na Magistratura Judicial no ano 1991,¹²³ Fernández, com este pedido de *habeas data* sob sua competência, em 25 de setembro, demanda da *Policía de la Capital* os documentos de Almada. Entretanto, devido à falta de respostas, reitera, ao iniciar o mês de dezembro, o pedido ao chefe do *Departamento de Investigaciones* Santiago Flores Torres, recebendo em 18 de dezembro um informe oficial que afirmava não haver nenhum expediente de Martín Almada,¹²⁴ pois “[...] la documentación policial había desaparecido con el golpe de Estado de 1989.”¹²⁵

A partir da resposta da polícia, neste mesmo dia, Almada denunciou por meio de um escrito o sumiço de seus antecedentes policiais, solicitando informações dos integrantes da cúpula policial, a apuração de responsabilidades, bem como pedindo “[...] la constitución del Juzgado en la Jefatura del Departamento de Investigaciones a los efectos de verificar y secuestrar documentos [...] correspondientes al período en que Almada fue torturado(1974/1977).”¹²⁶ Para Fernández, “este escrito constituye el antecedente inmediato del allanamiento que culminara con el célebre hallazgo”.¹²⁷

Em sua tese defendida em 2008, no terceiro capítulo intitulado *El hallazgo de los Archivos del Terror: La verdadera historia, la verdad objetiva*¹²⁸, José Agustín Fernández se propõe a contar sua participação e narração de como obteve a informação que os documentos se encontravam no *Departamento de Producción*, na cidade de Lambaré. Neste sentido, afirma:

¹²³CURRICULUM VITAE. Corte Suprema de Justicia. Republica del Paraguay. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/images/contenido/jueces/cv/JOSE-AGUSTIN-FERNANDEZ.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

¹²⁴ VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p.88.

¹²⁵ OLAZAR, Hugo Ruiz. Recuerdan la trascendencia del hallazgo de los Archivos del Terror: hace 20 años se revelaron detalles de la barbarie. *ABC Color*, Asunción, 23 dic. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/recuerdan-la-trascendencia-del-hallazgo-de-los-archivos-del-terror-493571.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

¹²⁶FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay ...* op. cit., p. 65.

¹²⁷Idem.

¹²⁸ Ibidem, p. 82- 92.

Nunca nos hemos apresurado en contar la verdadera historia y aunque, hasta el momento se han contado verdades a medias, consideramos que ésta sería una flamante oportunidad para dar nuestra versión personal de los hechos, hechos que los recordamos y los volvemos a vivir, hechos que nos erizan la piel y estimulan nuestra incansable tarea jurisdiccional día tras día.¹²⁹

A partir de esto, Fernández pasa a relatar como Martín Almada le contó sobre el archivo y su localización. Apesar de longa, creio ser pertinente transcrever sua narrativa:

En el marco de esta confianza, en la seguridad de que los teléfonos estaban controlados, luego de aquella respuesta policial negativa (la de Santiago Flores Torres), Almada nos manifestó que en breve tendría noticias sobre el paradero de los documentos que demostrarían las violaciones de Derechos Humanos durante la dictadura. Almada nos preguntó si nos animaríamos a incautar esos documentos y le respondimos que esa era nuestra obligación y que no teníamos inconveniente alguno, quedando claro que ni Almada ni nosotros teníamos idea del tamaño y la dimensión de aquello. Así nació una relación de confianza y antes del hallazgo, Almada nos visitó diciéndonos que ‘estemos atentos’. Acordamos que me llamaría por teléfono y que nos encontraríamos en un sitio en particular, sin precisar detalles. Así fue, y ese 22 de diciembre de 1992, a las 09:00 aproximadamente, sonó el teléfono y del otro lado de la línea, Martín Almada me decía que era el día indicado y me pidió que nos encontrásemos en las cercanías de la Red Privada de Comunicación ‘Canal 13’, en Lambaré. Desconocíamos que ese día; el Diario Noticias había publicado algo sobre el tema y que periodistas montaban guardia en el lugar del hallazgo posterior, alertados por Almada. Nos trasladamos al lugar [...]. Allí, luego de una breve conversación, Almada nos pidió que lo sigamos

¹²⁹ Idem.

com mi vehículo y así llegamos hasta el Departamento de Producción de la Policía, ubicado a pocas cuadras del canal 13 (RPC).¹³⁰

Neste relato, onde José Agustín Fernández praticamente estabelece um diálogo com o leitor, pode-se também apreender a significação que atribuí a sua participação neste evento e que extrapola, conforme é acentuada em outras falas, os limites de sua competência enquanto juiz:

E eu estava muito convicto, me sentia, e me sinto, com a vocação de uma pessoa que quer fazer a justiça. E isso foi o que me motivou, unido à minha juventude, à minha rebeldia, e também à imprensa, que estava acompanhando minha gestão.¹³¹

O indivíduo não apenas porta memórias, ele também as significa. Segundo Clarícia Otto “os sentidos atribuídos à memória decorrem de suas experiências interconectadas ao tempo e ao espaço, tanto do presente quanto do passado.”¹³² Na narrativa do juiz percebe-se ainda a importância por ele aferida a sua posição de juiz:

O certo e concreto é que eu tinha uma causa judicial. E Martín Almada teve o mérito de fazê-lo onde correspondia, que era ante o Poder Judicial. Porque a única pessoa, a única instituição que podia fazer causa e trazer esses documentos neste momento era o Poder Judicial, outro não podia fazê-lo.¹³³

Premente se faz destacar também o local de onde fala. Desde que os documentos foram encontrados, José Agustín Fernández, ficou com os mesmos sob sua jurisdição. Em 1993, com a criação do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* que funciona no ambiente do Poder Judicial e que abriga este

¹³⁰ Ibidem, p. 82-83.

¹³¹ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

¹³² OTTO, Clarícia. *Nos rastros da memória*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012, p. 24.

¹³³ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

arquivo, foi designado como diretor deste centro, permanecendo no cargo até 1995. Em 2010, após alguns anos envolvido com outras questões judiciais, foi designado para ser novamente diretor deste Centro e do *Museo de la Justicia* (que funciona conjuntamente ao *Centro de Documentación y Archivo*), função que exerce até a atualidade.

Sendo o juiz que procedeu na intervenção do *Departamento de Producción* em 1992 onde foram localizados os documentos, e estando ligada a instituição que os vêm custodiando, Fernández tem ressaltado que o encontro dos documentos foi resultante de um procedimento judicial, onde os documentos foram “[...] incautados genuinamente gracias a esta acción de *Habeas Data* impulsada por Martín Almada [...]”¹³⁴ Entretanto, não desmente a existência de outras narrativas sobre este acontecimento, afirmando que “há histórias subterrâneas, há várias versões de quem deu o dado.”¹³⁵ Mas, segundo ele:

[...] posso dizer com absoluta precisão que a única pessoa que me chamou e me disse, muito antes que podíamos encontrar alguns documentos... alguns documentos sem me dizer da dimensão, sem me contar nada como seria isso e tampouco ele teria idéia disso, Martín Almada.¹³⁶

Mesmo Almada tendo-o chamado para intervir no *Departamento de Producción*, Fernández, ao ser indagado sobre essas diferentes narrativas em entrevista concedida à mim e às professoras Janine Gomes da Silva e Letícia Borges Nedel, comenta que “nunca ele me deu explicação de sua atitude. Nunca me disse doutor eu atuei assim por tal coisa. Nunca em vinte anos, vinte e dois anos. Ele nunca se aproximou de mim para contar-me.”¹³⁷ Apesar disso, contudo, segue (re) afirmando ser esta narrativa “[...] la verdadera historia de aquel memorable hallazgo, la versión oficial de los hechos.”¹³⁸

¹³⁴ FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit., p. 81

¹³⁵ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit., p. 91.

Sendo juiz, e atualmente diretor do local que abriga os documentos, talvez sustentar essa narrativa de que a documentação foi encontrada mediante um procedimento judicial seja uma tentativa de se ter uma narrativa coesa acerca daquele acontecimento, tendo em vista que o arquivo se encontra localizado no *Palacio de Justicia* e está diretamente relacionado ao mesmo. Ademais, estar intrincado com o arquivo torna-o uma fala autorizada, reconhecida, pois a sua é a narrativa disseminada neste espaço, legitimando-a. Narrativa que em sua tese é defendida como a ‘história verdadeira’, e que indica um esforço de sua parte de assim torná-la.

3.2 MARTÍN ALMADA: O ‘DESCOBRIDOR’ DO ‘ARCHIVO DEL TERROR’

Martín Almada é agrônomo, advogado, pedagogo e doutor em Ciências da Educação. Entre as décadas de 1960 a 1970, atuou como diretor do Instituto Juan Bautista Alberdi, na cidade de San Lorenzo, onde diz ter sofrido perseguições pelo regime stronista por aplicar neste local a educação libertadora de Paulo Freire e, segundo ele também “[...] por haber promovido la campaña de un Techo Propio para cada Educador Paraguayo, en cooperativa, y, finalmente, el contenido de mi tesis que defendí en la Universidad Nacional de la Plata [...]”.¹³⁹ Em 1974, finalizado seu doutorado na Argentina, regressou ao Paraguai, sendo preso em novembro daquele ano no Instituto Alberdi onde trabalhava. Vítima de torturas, no período em que permaneceu preso conta que faleceu sua esposa Celestina Pérez devido a um ataque cardíaco decorrente de um telefonema de um dos torturadores que informava falsamente que ele havia falecido e pedia para vir buscar seu corpo¹⁴⁰.

Depois de três anos preso, fez uma greve de fome, recuperando sua liberdade em 1977 por meio da intervenção do *Comité de Iglesias* e da *Amnistía Internacional*. Obtendo asilo político no Panamá, a Organização das Nações Unidas (ONU) lhe contratou como consultor da

¹³⁹ LÁNERI, Mônica. Archivo del Terror: ‘La historia contada por los propios represores’. *ABC Color*, Assunção, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/blogs/un-graffiti-mas-en-la-pared-37/archivo-del-terror-la-historia-contada-por-los-propios-represores-2055.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

¹⁴⁰ ALMADA, Martín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Assunção, Paraguai. 13/06/2013. Acervo do LEGH/UFSC, p. 11.

Unesco para a América Latina, onde prestou serviços a esta instituição em Paris, França, entre 1978 e 1992. Segundo Martín Almada:

fue en este país europeo donde realicé la investigación dónde se hallaban los Archivos de la Operación Cóndor. Para el efecto, tuve un fuerte apoyo de un sacerdote jesuita francés de nombre Charles Antoine y de un periodista de nombre Pierre Abranovich.¹⁴¹

Esta pesquisa, era realizada aos finais de semana através da Revista de la Policía de la Capital – Editada no Paraguai, tendo por chefe de Redação Cirilo R. Zayas e assessor Mario Halley Mora. Almada ressalta ainda em seu livro *Paraguay, la cárcel olvidada, el país exilado*, que “su investigación comenzó a partir de la Revista N° 275, setiembre /octubre de 1973 y culminó en la Revista N° 379, setiembre/octubre de 1992”¹⁴². Foram cerca de quinze anos de pesquisa sobre dezenove anos de publicação. Em janeiro de 1993, em reportagem ao jornal ABC Color cujo título anunciava *La historia de la búsqueda del ‘archivo del horror’*¹⁴³, Almada contava acerca de sua pesquisa nesta revista:

‘A partir de 1980 empecé a coleccionar la revista. Primero empecé leyéndola porque quería saber los ascensos de mis ex torturadores. En segundo lugar quería saber dónde iban a parar los desaparecidos... Y ese interese por ellos es lo que me hizo huragar en los papeles...’

‘Me llamó la atención que se creó una comisión que sistemáticamente aparecia como ‘Comisión de Construcción’, era una constante, el común

¹⁴¹ZORRILLA, Elvira Omedo. Acusado de ser terrorista intelectual y un maestro subversivo. *ABC Color*. Asunción, 02 feb. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/especiales/25-aniversario-del-golpe-de-1989/acusado-de-ser-terrorista-intelectual-y-un-maestro-subversivo-1210262.html>>. Acesso em: 03 fev.2014.

¹⁴²ALMADA, Martín. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010, p.245.

¹⁴³REHNFELDT, Mabel. La historia de la búsqueda del ‘archivo del horror’. *ABC Color*, Asunción, p. XXIV, 17 ene. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

denominador de los artículos. Yo decía,? pero por qué tanta construcción?¹⁴⁴

Tendo o apoio de sua segunda esposa, María Stella Cáceres e outras pessoas comprometidas com os Direitos Humanos, por meio desta revista conseguiram identificar três possíveis lugares em Assunção onde poderiam estar ocultados este arquivo. Findada em 1989 a ditadura stronista após trinta e cinco anos, e promulgada uma nova Constituição, em 1992 Almada relata que retorna ao Paraguai, solicitando a figura do *habeas data* para saber “[...] como murió mi esposa, porque me torturaron militares extranjeros en mi país [...]”.¹⁴⁵

A partir da negativa policial de possuir seus antecedentes, Almada pede ao Tribunal Penal para que este pegue os arquivos da Central de Policia e a imprensa repercute esta solicitação. Segundo ele, foi o primeiro paraguaio doutor em educação, e o primeiro a ocupar um cargo na ONU e como aponta na entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, “[...] yo tenia mucha imagen, la publicidad... y yo decía aquí los militares construyen edificios muy grandes, los ladrones y tienen muchos carros ahí adelante.”¹⁴⁶ E uma das formas por ele encontradas para proteger-se era publicizar tudo que fazia. E é nesta conjuntura de repercussão de seus atos que Almada afirma haver tomado conhecimento de onde se encontravam o arquivo:

Recibí una llamada telefónica de una mujer que me dijo textualmente: ‘Profesor, sus papeles no se encuentran en la Central de Policía sino en una Comisaría de las afueras de Asunción’, la invité a venir a mi Oficina y me entregó un plano. Señaló que ese mismo plano le había confiado al Diputado Pancho de Vargas hacía tres meses y que él nada hizo. Me dijo que confiaba plenamente en mi futura gestión. Analizamos con mi Equipo de investigación el plano que coincidía con uno de los lugares posibles donde pudieran encontrarse mis antecedentes. El material acerqué a la Justicia, fue el hecho

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ ALMADA, Martín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p. 11.

¹⁴⁶ Idem.

detonante para que EXPLOTE LA MEMORIA(grifos do autor)¹⁴⁷.

Esta é a narrativa sustentada por Martín Almada em todas as bibliografias e nas diferentes fontes por mim pesquisadas. Analisando-as, percebo que ele possui um discurso bastante coeso, estruturado e ‘decorado’¹⁴⁸, onde ressalta e enfatiza questões referentes à sua trajetória durante a ditadura de Stroessner, a Operação Condor, a solicitação de *habeas data* e o telefonema desta mulher. Referente a esta, pouco se é revelado. Observo, no entanto, que quando questionado, procura comumente mudar de assunto. Porém, por meio de algumas de suas falas é possível depreender algumas proposições, como quando em entrevista a Tamy Amorim da Silva afirma que “As mulheres dos militares, os traficantes de drogas, tinham brincos de ouro, ouro, tudo ouro. Então eu percebi que era alguém importante e ela me disse,¹⁴⁹ aqui está o plano do ninho do condor”¹⁵⁰. Conforme ressalta ainda:

En ocasión de la entrega del mapa, me dijo que ella quería colaborar con la justicia, teniendo en cuenta cuánto me hicieron sufrir injustamente en las cárceles de Stroessner. Que estaba al tanto de mi tragedia personal y familiar. Me expresó su solidaridad y se retiró. Nunca más tuve noticia de ella¹⁵¹.

Concernente a como esta mulher sabia da localização, Almada assevera não saber, pois “para tranquilidad de mis informantes yo nunca pregunto. A mí me interesan los datos.”¹⁵²

¹⁴⁷ LÁNERI, Mônica. Archivo del Terror: ... op.cit.

¹⁴⁸ Questão que remete a ele querer apresentar um discurso específico, intencional, mas que pode ser também devido a ele, por ser um freqüente interlocutor sobre o arquivo na imprensa, entrevistas, salientar essas proposições como um caminho ‘natural’ da memória ao repetir as mesmas temáticas muitas vezes.

¹⁴⁹ [A informante de Almada]

¹⁵⁰ ALMADA, Martín. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Assunção, Paraguai. 21/01/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁵¹ LÁNERI, Mônica. Archivo del Terror... op. cit.

¹⁵² OLAZAR, Hugo Ruiz. Recuerdan la trascendencia del hallazgo de los Archivos del Terror: hace 20 años se revelaron detalles de la barbarie. *ABC Color*, Asunción, 23 dic. 2012. Disponível em:

Martín Almada, como aponta o jornal Hoy do dia 31 de dezembro de 1992 “[...] está considerado actualmente como el ‘héroe’ del espectacular descubrimiento del archivo secreto de la policia de Investigaciones de la era stronista.”¹⁵³ Além disso, recebeu alguns prêmios¹⁵⁴ por ter encontrado estes documentos, como a condecoração do governo francês em 1997 e o Premio Nobel Alternativo da Paz no parlamento sueco em 2002¹⁵⁵, os quais constituem, como ele sinaliza “[...] un respaldo moral muy fuerte para continuar mi lucha contra la impunidad en Paraguay y en América Latina y para defender los derechos humanos”¹⁵⁶.

Luta esta que se intensificou quando foram encontrados os documentos do arquivo,¹⁵⁷ onde vem desde então iniciando querelas contra torturadores, exigindo reparações econômicas para as vítimas etc. Além disso, Almada está também vinculado a algumas instituições como a Fundação Celestina Pérez de Almada e o *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos* onde tem forte atuação¹⁵⁸.

<<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/recuerdan-la-trascendencia-del-hallazgo-de-los-archivos-del-terror-493571.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

¹⁵³ LA HORROROSA historia del doctor Martín Almada: Durante 30 días fue torturado. *Hoy*, Asunción, p.6, 31 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

¹⁵⁴ Martín Almada recebeu vários prêmios como o ‘Premio Chico Mendes à Resistência’, em 1999 outorgado pelo grupo ‘Tortura Nunca Mais’ do Rio de Janeiro, a ‘Medalla de Gratitude’, das Abuelas de Plaza de Mayo, em 1997, etc. Ver o site [Martinalmada.org](http://www.martinalmada.org) disponível em: <<http://www.martinalmada.org/index.htm>>.

¹⁵⁵ ZORRILLA, Elvira Omedo. Acusado de ser terrorista intelectual y un maestro subversivo... op. cit.

¹⁵⁶ SEGUN Martin Almada considerado maestro subversivo en la dictadura . *ABC Color*, Assunção, 24 set. 2007. Disponível em:<<http://www.abc.com.py/especiales/memorias-reconstruccion-de-la-historia-reciente-del-paraguay/en-el-paraguay-no-hay-respeto-a-los-derechos-humanos-1011702.html>>. Acesso em: 16 set. 2014.

¹⁵⁷ Ainda no ano de 1992, em 29 de dezembro, Almada organizou uma reunião convidando a população, onde foram discutidas temáticas como a proteção, classificação e organização dos documentos encontrados, algumas linhas de ação para as vítimas da ditadura reclamarem justiça, etc¹⁵⁷. Desta reunião ainda foi fundada em 07 de janeiro de 1993 a *Comisión Nacional de los Derechos Humanos y por el Nunca Mas al Terrorismo de Estado*.

¹⁵⁸ Na Fundação, organização não governamental criada em 1990 voltada para a defesa dos Direitos Humanos e o desenvolvimento sustentável na luta contra a

Premente destacar suas relações com a instituição que abriga os documentos que compõem o *Archivo del Terror*. Mesmo considerado oficialmente o propulsor da localização deste local, ele afirma que:

Yo prácticamente yo no tengo acceso, hoy yo fui, hoy esta mañana yo fui por todo un juicio por la muerte de mi esposa, y me fui a pedir papeles a llenar, como si fuera un extraño me trataron, yo no dije nada, llene todo, pague todo. No me quieren porque, porqué muchos papeles se llevaron, desaparecieron, por ejemplo hay documento que se llama como mantener vivos a los torturados, y yo si hago la denuncia aquí en Asunción no sale en la prensa, entonces cuando yo voy a Washington yo hago la denuncia, entonces si sale ahí eso sale en los diarios acá, sale en el Globo, sale en todos los diarios del mundo, cuando yo hago declaraciones en Washington, en Paris, en Madrid; entonces yo hago declaraciones que molestan a esta gente...¹⁵⁹

Mesmo possuindo excelentes relações com o juiz¹⁶⁰, no *Archivo del Terror* “no son muy buenas, yo soy muy independiente, no dependo de ellos”. Questão que também pode ser compreendida por um maior prestígio almejado, talvez até mesmo um tratamento diferenciado, como perceptível em seu relato “el Museo de las Memorias esta ligado

pobreza e a proteção do meio ambiente, cujo nome é uma homenagem a sua primeira esposa, Martín Almada exerce a função de presidente¹⁵⁸. Em relação ao Museu, criado em 2002, e situado na casa que havia sido a sede da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos del Ministerio del Interior, La Técnica*, como é mais conhecida, também possui papel ativo devido que a gestão deste museu está a cargo desde sua criação da ‘Fundación Celestina Pérez de Almada’. Ver: FUNDACIÓN Celestina Pérez de Almada. Disponível em: < <http://www.fcpa.org.py/index.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015; MUSEO de las Memorias Paraguay. Sistema Nacional de Información Cultural del Paraguay. Disponível em: < <http://www.sicpy.gov.py/generales/?6870>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

¹⁵⁹ ALMADA, Martín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p.16.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 17.

al estado porque funciona el Ministerio del Interior, y ahí me reconocen como autoridad, ahí si en el tribunal no...”¹⁶¹

Reconhecimento que perpassa também outras questões. Por seu envolvimento na descoberta, Martín Almada é convidado para eventos, seminários, conferências, etc., para explicar sobre o arquivo e a trajetória que o levou a encontrá-lo. Além disso, ele possui grande notoriedade na imprensa que publica permanentemente suas ações. Nas comemorações do dia 22 de dezembro, data em que foram encontrados os arquivos, é um interlocutor reiterado na imprensa. E é frequentemente nesses momentos que Almada reforça sua narrativa sobre como encontrou o arquivo e seu protagonismo no mesmo, onde busca fortalecer sua posição de sujeito dessa história.

Entretanto, importante destacar que sua narrativa, assim como a do juiz Fernández é reconhecida e tem notoriedade. Narrativa que é também respaldada pela própria narrativa do juiz ao salientar a solicitação do *habeas data* etc. Versão coesa que é também permeada de significações, pois como afirma ele “[...] si usted me pregunta a mí, como yo me defino, como yo me autodefino, yo me defino como cazador de archivos, [...] yo busco archivos y yo encuentro archivos.”¹⁶² Buscando arquivos, tendo sido o do *Archivo del Terror* o principal deles, Almada vêm reiterando sua narrativa. Contudo, ela tem sido confrontada com outras...

3.3 OUTRA(S) NARRATIVA(S) SOBRE A ‘DESCOBERTA’

Distintas narrativas tem emergido nos últimos anos referentes ao encontro da documentação concernente ao *Archivo del Terror*. Uma delas refere-se ao comissário Ismael Aguilera Martínez. Este, proveniente de Itacurubí de la Cordillera, formou-se oficial pela Escola de Polícia em Assunção, quando conforme conta “[...] solo el 8 % estudiamos nuestra profesión, el resto de los policías era gente asimilada por sus ‘méritos’ políticos o amigo de algún jefe”¹⁶³. No ano de 1963, foi

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ EL POLICÍA que ‘traiciono’ a su clase para servir a su país. *Ultima Hora*, Asunción, 20 feb. 2012. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/el-policia-que-quottraicionoquot-su-clase-servir-su-pais-n505036.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

designado para trabalhar no *Departamento de Investigaciones*. Neste local permaneceu até 1968, quando foi afastado de suas funções. De acordo com ele, o chefe de Política e Afines do período:

Víctor Martínez me echó por 'mala conducta'. Él nos evaluaba. El que no había hecho 'méritos', quedaba afuera", rememora para indicar que, sin embargo, al año siguiente fue reincorporado. 'No se había instruido sumario y nadie sabía por qué me echaron. Me llamó el general Duarte Vera y volví a la institución, aunque con la categoría de 'reincorporado asimilado'. Y yo no era 'asimilado', sino que había estudiado para ser policía. Se llegó al colmo de que me hicieron ascender tres veces a oficial primero. Había perdido mi antigüedad y no debía ser así. Solo 21 años después de entrar a la Policía, ya caído Stroessner, pasé a ser comisario principal', refiere¹⁶⁴.

Posteriormente, recebeu também o posto de subdiretor da *Sección de Producciones de la Policía de la Capital*, em Lambaré¹⁶⁵. E foi no período em que exercia suas funções neste local que:

según asegura - se encontró con una puerta sellada con un enorme candado, que ocultaba un impresionante número de archivos que documentaban las torturas y persecuciones durante la dictadura de Alfredo Stroessner. 'Llegué del interior el 20 de diciembre y encontré rastros importantes de que se llevaron ahí las documentaciones de Investigaciones. (Ese suceso) Metí en mi informe y lo llevé al entonces presidente del Senado, Francisco de Vargas', relató el comisario retirado.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ LA OTRA historia sobre el hallazgo de los 'archivos del terror'. *ABC Color*, Asunción, 07 oct. 2011. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/la-otra-historia-sobre-el-hallazgo-de-los-archivos-del-terror-316896.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

Esta foi à narrativa defendida por Aguilera em outubro de 2011 quando relatou ao jornal ABC Color que quem havia informado a localização dos documentos na dependência policial havia sido ele. Dois anos depois, ao relatar novamente sobre o tema no mesmo jornal, apresentava outra descrição:

Una fosa en el fondo del predio de la Sección Producciones de la Policía Nacional era el sitio donde hacía unos días estaban quemando papeles, carpetas y otras cosas más que habían sido traídas desde el Departamento de Investigaciones.

Esa situación llamó la atención al subjefe de la dependencia de aquel momento, el comisario Ismael Aguilera, quien el 21 de diciembre, tras preguntar qué se estaba quemando en el lugar, recibió la respuesta de que eran papeles que se trajeron de Investigaciones.

El hecho le pareció extraño y la situación muy delicada. Como no podía hacer la denuncia ante sus superiores, decidió contactar con el entonces diputado Francisco José de Vargas, quien era presidente de la comisión de DD.HH. de la Cámara de Diputados.

‘No podía contar lo que estaba pasando a mis superiores, ya que ellos fueron los que ordenaron la quema de esos documentos, por eso decidí escribir una nota a mano en hojas de cuaderno y le entregué a una persona para que le haga llegar a De Vargas’, recuerda el comisario Aguilera¹⁶⁷.

Interessante ressaltar que em uma entrevista à Radio Ñandutí, Aguilera, entretanto, apresentava outros elementos sobre como soube da localização deste arquivo, afirmando que esse estava sob o posse de alguns militares:

É que o general [...] Regis Romero¹⁶⁸. Ele tinha isso em seu poder, esses documentos, guardados porque o general Rodríguez ele havia ordenado que queimasse. E ele não queimou, e guardou,

¹⁶⁷ EL TERROR, 21 años después. ABC Color, Asunción, 22 dic. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/a-21-anos-del-hallazgo-del-archivo-del-terror-1198620.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

¹⁶⁸ Regis Romero foi um dos generais que contribuiu para derrubar o governo de Stroessner em 1989.

inclusive ele contou a alguém e esse alguém me contou.[...]

E tinham tirado os dados. Eu era um comissário, subdiretor, ali de dentro, escrevi, o que vou fazer, preparei uma nota em Producciones, quando general Sanchez era chefe da Policia, se estava fazendo porque entrava na policia nacional e vão entregar a um policial chefe. Um policial que informava. Então começaram a dismantelar a instituição, dismantelaram a instituição, com o diretor Héctor Calderini que está ainda hoje ali. Eu não imaginava nesse momento, porque não me metia nas coisas deles. O que aconteceu, levou o ‘Archivo del Terror’ quando eu estava preparando a nota de Producciones e coloquei dentro porque sabia...¹⁶⁹

Para ele, quem teria autorizado a retirada destes documentos teria sido o então presidente do país, general Andrés Rodríguez. Relevante perceber que como ele sinaliza, o resguardo dos documentos na *Sección de Producciones* em Lambaré era provisória e que provavelmente estes seriam transferidos para outro local ou talvez para alguma outra finalidade.

A memória, como afirma Pollak, é seletiva. Nela, nem tudo fica registrado ou gravado¹⁷⁰. Instrumento e objeto de poder,¹⁷¹ a memória constiu também “[...] procesos subjetivos, anclados en experiencias y em marcas simbolicas y materiales.”¹⁷² Não sendo fixa, o esquecimento dela também faz parte. Se alterando ao longo do tempo, é no presente, todavia onde esta se apodera do tempo, tornando-o

¹⁶⁹CRIO. ISMAEL Aguilera sobre crédito en búsqueda de los ‘archivos del terror’. *Radio Ñandut*,. 22 dic. 2011. Disponível em: <<http://201.217.28.6/files2/audio/Entrevistas/2011/Diciembre/22/757.mp3>>.

Acesso em: 27 jan. 2015.

¹⁷⁰POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <reviravoltadesign.com/.../wp.../memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013, p. 4.

¹⁷¹LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 470.

¹⁷²JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 2.

próprio¹⁷³. Assim, talvez, em um contexto histórico marcado pelo primeiro governo não colorado após quase setenta anos no mandato de Fernando Lugo (2008-2012), que havia até mesmo pedido perdão pelas violações perpetradas durante a ditadura stonista quando os trabalhos da *Comisión de Verdad y Justicia* foram finalizados, Aguilera sentia-se mais seguro para ressaltar e afirmar o nome dos militares envolvidos no ocultamento dos documentos, sendo ele um comissário policial. Já em 2013, com a volta do Partido Colorado ao poder, permanecer reafirmando esse envolvimento poderia talvez lhe acarretar consequências. A história do Paraguai é marcada por instabilidades políticas e governos autoritários, e em vista de um novo rearranjo de poder, nada lhe garantia (e garante) não ser vítima de perseguições. Neste sentido, pode-se pensar na narrativa de Aguilera como uma ‘memória subterrânea’ que aguardou um período mais propício para conta-la e defende-la.

Nas fontes e bibliografias utilizadas na urdidura deste trabalho, não foram encontradas outras referências sobre a queima de documentos no local em que estes se encontravam na *Sección de Producciones*. No entanto, outras narrativas corroboram a proposição de que estes não se encontravam neste espaço há muito tempo. Rosa Palau Aguilar, Rosa Palau Aguilar¹⁷⁴, documentalista licenciada em Matemática que foi convocada 1992, para coordenar os trabalhos de inventariado dos documentos encontrados em Lambaré e uma das propulsoras para a criação do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*, por exemplo, comenta que:

esto no tiene polvo de años, estos documentos fueron trasladados seguramente de hace poco tiempo al lugar y efectivamente después nos dimos cuenta que el traslado fue posiblemente 3 o 4 meses antes de que se encuentren, porque no

¹⁷³ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 10.

¹⁷⁴ Rosa Palau permanece trabalhando como coordenadora do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* até os dias atuais onde, a partir dos documentos deste arquivo, tem realizado pesquisas sobre a ditadura de Alfredo Stroessner. Por seu envolvimento com este arquivo, foi convidada a integrar a *Mesa Memoria Histórica y Archivo de la Represión* por meio da qual, conjuntamente a outras pessoas impulsionou em 2003, a criação da *Comisión de Verdad y Justicia* no Paraguai. AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguai, 14/06/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

tenían polvo. Y un documento que esta archivado por 10 años tiene su capa de polvo, y estos estaban limpios, tenían un polvito muy pequeñito, no tenían ácaros, no tenían olor a encerrado por mucho tiempo... [...] Fue trasladado, pero fue trasladado porque, porque el Departamento de Investigaciones se mudo a otro edificio, entonces los papeles viejos no se podían llevar al edificio nuevo, entonces los papeles viejos fueron cargados en camión volquete, esos camiones, ahí cargaron y esos fue al departamento de producciones en Lambaré. Posiblemente eso fue en septiembre, o noviembre, octubre, noviembre y ¿Por qué?, porque el doctor Almada presenta su Habeas Data en el mes de septiembre, a través de Comité de Iglesias, esta en el librito, la carátula, ese tiene carátula de septiembre... Se libro si se aclara la dependencia solicitando información la del ciudadano Martín Almada, las copias de las respuestas que se libran de las diferentes dependencias policiales, entre ellas el Departamento de Investigaciones esta archivado acá [...]¹⁷⁵.

Em 1993, Aguilera prestou um depoimento no suposto caso de falsidade em juízo na tramitação do expediente de ação do *habeas data* a favor de Martín Almada. Nele, “[...] manifestó que desconocía la existencia del archivo secreto del régimen stronista depositado em dependencias de la Policía em la ciudad de Lambaré” e que somente “[...] tomo conocimiento de la existencia del archivo tras la intervención realizada por el juez del Crimen, del tercer turno, José Agustín Fernández [...]”¹⁷⁶. Questão que pode ser compreendida na fala de Aguilera quando afirma que “lo que sucede es que en esa época, cuando apenas se respiraba los primeros aires de democracia, era difícil que yo saliera a hacer esa denuncia”.¹⁷⁷ E é neste sentido que ele aponta que “Yo actuaba en anonimato porque una vez ya me dieron de baja

¹⁷⁵ Idem, p. 15.

¹⁷⁶ DOCUMENTOS de la dictadura: subcomisario desconocía la existencia del archivo secreto. *Última Hora*, Asunción, p. 61, 8 mar. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

¹⁷⁷ EL TERROR, 21 años después. op. cit.

justamente por indisciplina. Si me hacía responsable, me iban a dar de baja otra vez".¹⁷⁸ Todavía, logo após o arquivo ser encontrado:

como era de esperarse, el comisario Ismael Aguilera, quien dejó entrar a la comitiva judicial, fue sancionado y enviado al interior del país, a una comisaría, donde tuvo que someterse a recibir órdenes de oficiales menos antiguos que él. 'Yo fui castigado y relegado de mi cargo de subjefe de la Sección Producciones de la Policía Nacional. Poco después, ya fui pasado a retiro'.¹⁷⁹

Aguilera, atualmente comissário retirado, tem pedido reparação pelos danos a ele causados. Em 2011 em uma conferencia de imprensa "[...] anunció un recurso de habeas data contra la Policía para determinar si hubo o no 'mala conducta' en su actitud en 1968, de manera a que la institución se rectifique o ratifique sobre la medida." Igualmente pediu de Martín Almada "[...] se ratifique o se rectifique por los medios de comunicación sobre sus declaraciones de que por medio de él se entregó el archivo del terror", assim como instou a *Corte Suprema de Justicia* a constituir uma comissão para esclarecer as circunstâncias em que ocorreu a entrega do *Archivo del Terror*.¹⁸⁰ Sua advogada, Natalia Rodríguez, em entrevista a *Rádio Ñanduti*, em 2011, ressalta que estas ações são novos enfoques do processo de Aguilera que já vinha se estendendo a alguns anos e recebido algumas publicações,¹⁸¹ e onde o que buscam é "uma espécie de revisionismo histórico"¹⁸² para que as pessoas conheçam alguns traços da imagem de Ismael Aguilera. Reafirmar sua narrativa e pleitear sua ratificação, utilizando para tanto muitas vezes os meios de comunicação, parecem ser as formas por ele encontradas para conseguir esta revisão.

Salienta-se também que Aguilera afirma, em todas as fontes que analisei, ter entregado uma folha manuscrita ao então deputado do

¹⁷⁸ LA OTRA historia sobre el hallazgo de los 'archivos del terror'. op. cit.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ NATALIA Rodriguez, representante de Ismael Aguilera sobre 'Archivos del terror'. *Radio Ñanduti*, 10 out. 2011. Disponível em: <<http://201.217.28.6/files2/audio/Entrevistas/2011/Octubre/10/810.mp3>>.

Acesso em: 22.jan.2015.

¹⁸² Idem.

*Partido Liberal Radical Auténtico*¹⁸³, Francisco José de Vargas. Conhecido também como ‘Pancho de Vargas’, este, em entrevista a Tamy Amorim da Silva, confirma ter recebido a visita de “[...] um oficial de polícia, acompanhado de um jovem, que era seu subordinado. E ele me levou... estava feita em uma folha de caderno, um croqui de onde estava o ‘Archivo del Terror’.”¹⁸⁴ No entanto, de Vargas¹⁸⁵ não cita o nome de quem era este oficial de polícia. Referente ainda a esta questão, a fala de Rosa Palau, coordenadora do *Centro de Documentación y Archivo*, indica alguns elementos muito pertinentes:

[...] o comissário me traz sua história de vida. Traz-me uma pasta onde ele colocou a sua verdade e me pus a ler e começo a pesquisar, leio o que ele descreve como uma carta anônima, está no expediente de Martín Almada, ou seja, há uma providência de incursão, não diz que expediente Almada. O comissário Aguilera em sua pasta me aponta o testemunho de Pancho de Vargas a Comissão, a Direção de Verdad y Justicia. Eu leio e confirmo o que vinham me dizendo que o comissário Aguilera com essa carta, ele levou primeiro ao professor Resck e o professor lhe diz para ele ir junto a Pancho de Vargas, que neste momento era deputado. Ele vai junto a Pancho de Vargas e lhe manda Pancho de Vargas a Martín Almada. Porém Pancho de Vargas recebe a carta que ele entrega e, segundo o testemunho de Pancho de Vargas essa carta selada se entrega ao juiz Fernández em seu escritório, lhe entrega o chofer do doutor de Vargas. E diz para Aguilera falar com Martín Almada. Hoje em dia, se me perguntas quem mente, diria que ninguém. Porque creio que Aguilera veio mesmo e falou com Almada e Almada pegou o telefone e falou a

¹⁸³ Partido fundado em 1978 por Domingo Laino como oposição ao regime stronista.

¹⁸⁴ VARGAS, Francisco José. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Asunción, Paraguay, 22/01/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁸⁵ Em 2013 de Vargas foi nomeado Ministro do Interior do governo de Horacio Cartes (2013-).

Fernández que estava sabendo onde estavam os documentos e amanhã vamos encontrar eles ali¹⁸⁶.

De Vargas, sobre a folha manuscrita relata que “e eu me levei ao juiz, esse... Está no expediente, está. Na noite antes entreguei ao juiz. Denunciei o lugar. Porque na noite antes entreguei ao juiz.”¹⁸⁷ José Agustín Fernández, reconhece ter recebido este expediente:

E se diga no dia da descoberta, está dentro do expediente de ‘habeas data’, me entregaram uma folha escrita, manuscrita, que certamente falam de detalhes que haviam documentos, que *haviam* documentos. Mas eu não sei quem fez isso, eu sou o real expediente. Porém, foi depois da descoberta. Subterraneamente, circulavam rumores, mas a mim absolutamente nenhuma outra pessoa além de Martín Almada me chama¹⁸⁸.

Indagado por Rosa Palau, sua companheira de trabalho no *Centro de Documentación y Archivo*, sobre quem teria lhe entregado este manuscrito, Fernández conta que “a mim ninguém nunca ninguém me entregou essa carta. Entregaram na secretária e o secretário a anexou.” Para Rosa, “ele não recorda sinceramente ter recebido a carta que está junto ao expediente.”¹⁸⁹ A memória, como aponta Pollak é permeada de silêncios, esquecimentos e não-ditos¹⁹⁰. Talvez afirmar que não se recorda, seja uma forma de defender sua narrativa.

Outras narrativas tem também destacado o papel dos militares no encontro dos documentos deste arquivo. O jornalista Roberto Paredes, que foi militante na ditadura stronista e atualmente escreve vários livros sobre o período¹⁹¹, por exemplo, afirma que eles antes

¹⁸⁶ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Asunción, Paraguay, 22/01/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁸⁷ VARGAS, Francisco José. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva... op. cit.

¹⁸⁸ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Leticia Borges Nedel... op. cit.

¹⁸⁹ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva... op. cit.

¹⁹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.2.

¹⁹¹ Roberto Paredes foi perseguido durante a ditadura de Stroessner, ficando preso neste período entre os anos de 1974 à 1977. Exilou-se durante a ditadura

foram ‘limpados’, manipulados previamente à serem encontrados. Para ele os militares, especialmente o general Regis Romero, também citado por Aguilera, contando com o auxílio de um assessor, Maurício Schwartzman, pensaram em entregar o arquivo a três pessoas: Glória Estragó, Luis Alfonso Resck e Martín Almada, decidindo por este. Como aponta este “[...] devia ser um descobrimento. Essa é uma jogada política *muito* hábil.”¹⁹² Importante considerar neste sentido que:

El descubrimiento de los archivos coincidía con un período de gran tensión política en el Paraguay. Se vivían los días finales de las elecciones internas del gobernante Partido Colorado en las que se debía elegir al candidato para las elecciones presidenciales del año siguiente. Se enfrentaban el candidato del general Rodríguez, el ingeniero Juan Carlos Wamosy, y el ex presidente de la Corte Suprema de Justicia de Stroessner, el doctor Luis María Argaña¹⁹³.

Paredes, corroborando tal contexto afirma ainda que Argaña estava ‘complicado por estes arquivos’ e que como Rodríguez apoiava Wamosy, fazer com que os arquivos emergissem seria uma forma de diminuir o apoio à Argaña dentro do Partido Colorado, pois este nas enquetes realizadas estava sempre na frente de Wamosy¹⁹⁴. Proposição que também é salientada por De Vargas, inclusive muito próxima do que afirma Aguilera referente a Rodríguez pedir para o general Romero queimar os documentos e este ao contrário ter guardado. Em entrevista, por exemplo, relata que depois de alguns anos foi “[...] ao General Romero, Regis Romero, e lhe disse, General Romero, nós fomos usados aquela vez. E ele me disse: como demorasse Pancho, não se desse conta, tinhas que ter tomado conta muito antes disso”¹⁹⁵.

em São Paulo onde permaneceu cerca de dez anos. PAREDES, Roberto. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Letícia Borges Nedel e Tamy Amorim da Silva. Assunção, Paraguai, 04/05/2014. Acervo do LEGH/UFSC.

¹⁹² PAREDES, Roberto. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Letícia Borges Nedel e Tamy Amorim da Silva... op. cit.

¹⁹³ PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p. 94-95.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ VARGAS, Francisco José. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva... op. cit.

Questão que aponta a multiplicidade de narrativas, de memórias. Reconhecidas ou subterrâneas estas tem emergido na cena pública e/ou despontando nos relatos. Narrativas sobre um acontecimento, não são falsas (ou não nos interessa se são falsas), mas sim versões distintas sobre um mesmo episódio. Neste sentido, é importante considerar como coloca Portelli, não sua adesão ao fato, mas as significações, o desejo de emergir¹⁹⁶.

Esses sujeitos, por meio de suas narrativas sobre como foram encontrados esse arquivo vêm buscando legitimar suas ações. Martín Almada, por exemplo, continuamente tem pedido a ratificação de ter sido ele quem “[...] descubrió el Archivo del Terror que sirvió para el procesamiento y condena de represores policiales y militares por la tortura de y muerte de disidentes políticos durante la dictadura stronista (1954/89)”¹⁹⁷. Proposição que denota as implicações de defender tal narrativa. Considerar o encontro dos documentos do *Archivo del Terror* como uma *descoberta* e ser reconhecido como *o descobridor*, é talvez uma forma de Almada legitimar suas ações, especialmente quando ainda na atualidade vem buscando outros arquivos, como mencionado anteriormente. Entretanto é importante ressaltar que tal busca de reconhecimento das narrativas não está desprovida de tensões, pois segundo Jelin:

Partiendo del lenguaje, entonces, encontramos una situación de luchas por las representaciones del pasado, centradas en la lucha por el poder, por la legitimidad y el reconocimiento. Estas luchas implican, por parte de los diversos actores, estrategias para ‘oficializar’ o ‘institucionalizar’ una (su) narrativa del pasado. Lograr posiciones de autoridad, o lograr que quienes las ocupan acepten y hagan propia la narrativa que se intenta difundir, es parte de estas luchas. También implica una estrategia para ‘ganar adeptos’, ampliar el círculo que acepta y legitima una narrativa, que la incorpora como propia,

¹⁹⁶ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos... op. cit., p.32.

¹⁹⁷MARTÍN Almada recuerda que él descubrió el archivo del terror: pide rectificación al titular de la corte. *ABC Color*, 05 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/policiales/martin-almada-recuerda-que-el-descubrio-el-archivo-del-terror-1090274.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

identificándose con ella, tema al cual volveremos al encarar las cuestiones institucionales en las memorias.¹⁹⁸

Neste sentido, destaca-se a fala de Rosa Palau:

Y la comunicación que después aparece en Internet, aparece en otros lugares es Martín Almada el descubridor de los archivos, entonces, particularmente yo creo que cuando es un evento tan grande y tan importante en donde nadie es más importante que otro. Esta fuera de lugar Martín Almada el descubridor de los archivos, yo creo que eso es un egocentrismo y de una idolatría no se, esas son mis diferencias con el doctor Almada[...] por que a partir de ahí él se erigió como el descubridor [...]¹⁹⁹

Depreende-se através do que foi apresentado anteriormente e, concordando com excerto de Jelín, que a “a memória entra em disputa”²⁰⁰ como nos ensina Pollak, o que implica reconhecê-la assim como objeto de conflitos e lutas e de tal forma se tornando necessário atentar ao papel ativo e produtor de sentido dos participantes dessas disputas, perpassados por relações de poder.²⁰¹ Fenômeno social, mutável e construído coletivamente,²⁰² neste estudo compreende-se que não somente o que é dito deve ser percebido. Os ‘não-ditos’, os silêncios, devem também ser perspectivados enquanto discurso, pois o indizível pode mostrar algo que se almeja ser imposto ou transmitido.²⁰³

Percebo que esses sujeitos através dessas narrativas, buscam a elas dar visibilidade seja por meio de entrevistas à imprensa, participação em seminários, eventos etc., assim como buscam o (seu) reconhecimento pela (sua) participação e/ou protagonismo na descoberta dos arquivos. Ademais, é possível também inferir algumas implicações

¹⁹⁸ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 49.

¹⁹⁹ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p.16.

²⁰⁰ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio...* op. cit., p.2.

²⁰¹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria...* op. cit., p. 2.

²⁰² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70.

²⁰³ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio...* op. cit., p.8-9.

políticas relativas a ser uma ‘descoberta’ ou os documentos terem sido encontrados. Defender que seja uma ‘descoberta’ talvez seja uma forma para os sujeitos que sustentam essa narrativa, além de reconhecimento, de enobrecimento, pois ser considerado *o descobridor* como Martín Almada, ou ter participado como juiz na ‘descoberta’ mediante uma solicitação de *habeas data* como José Agustín Fernández, torna-os diretamente vinculados/associados a este arquivo. São eles os chamados a dar entrevistas, os que a imprensa procura para dar depoimentos etc. Todavia, ressaltar que o *Archivo del Terror* foi encontrado, entregue, é salientar as disputas políticas que estavam (e ainda continuam) presentes no país, assim como ‘diluir’ um pouco a notabilização e enobrecimento que envolve uma ‘descoberta’.

Ademais, como afirma Eni Orlandi, ao significar o sujeito se significa²⁰⁴, ou seja, ao atribuir significações as suas narrativas esses sujeitos vêm construindo identidades. Esta, arquitetada “[...] no interior do jogo do poder e da exclusão”,²⁰⁵ onde “‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’”,²⁰⁶ enquanto representação social, conforme Sandra Pesavento constitui “[...] uma construção simbólica de sentidos, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento.”²⁰⁷ Assim, inserindo no cenário público uma (sua) narrativa, na busca da revisão das interpretações do passado e para legitimá-las, apreendo que estes sujeitos vêm propiciando ainda a produção de outros sentidos sobre como foram encontrados os documentos *Archivo del Terror*, (re) significando as memórias sobre esta.

3.4 ENCONTRANDO OUTROS ARQUIVOS

Aos documentos encontrados em Lambaré, se juntaram outros, encontrados subsequentemente e respectivamente na *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), no *Departamento Judicial de la*

²⁰⁴ ORLANDI, Eni P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 28.

²⁰⁵ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 110-111.

²⁰⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 82.

²⁰⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método... op. cit., p.39.

Policía, na *Comisaría Tercera* e na *Delegación de Gobierno de Caaguazú*.

La Técnica (DNAT), como é conhecida no Paraguai, foi estabelecida no final dos anos de 1950 com o objetivo específico da repressão de comunistas. Em 24 de dezembro de 1992, o juiz Luis María Benítez Riera, dando prosseguimento a procedimentos judiciais do caso *Antonio Campos Alum y Neri (o Nery) Saldívar y Juan Arturo Hellman s/ supuesto hecho de homicidio, con secuestro, lesión corporal grave y otros*²⁰⁸, sob sua competência, conduz uma incursão na *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), dependente do Ministério do Interior, a fim de:

[...] realizar una inspección ocular y verificación de documentos. [...] Los documentos o biblioratos encontrados en carpetas y libros viejos quedan depositados y a ser llevados al Poder Judicial posteriormente. La constitución del Juzgado em dicho lugar es a pedido del Señor Ministro del Interior el Prof. Dr. Hugo Estigarribia Elizeche em razón de el mismo ha realizado un sumario administrativo com relación a toda la documentación referida.²⁰⁹

Em 06 de janeiro de 1993, o juiz José Agustín Fernández, por meio da ação do habeas data requerida por Martín Almada (sendo que a incursão do Juiz Benítez Riera não estava conformada nesta ação) e, incumbido de remeter os documentos ao Palacio de Justicia, dirigiu-se a *La Técnica*, apreendendo no local grande quantidade de documentos.

Segundo o deputado Francisco de Vargas, entretanto, vários documentos que haviam sido encontrados durante a incursão de Benítez Riera desapareceram misteriosamente da instituição “[...] em una abierta intención de ocultar la responsabilidad de los culpables de la represión.”²¹⁰ Para Myrian Vera:

²⁰⁸PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p. 26.

²⁰⁹FERNÁNDEZ, José Agustín. *El Habeas Data em el Paraguay...* op. cit., p. 73.

²¹⁰VERA, Myrian Gonzáles. *Los Archivos del Terror del Paraguay...* op. cit., p. 94-95.

La Idea de que los archivos de la Técnica hayan sido ‘limpiados’ antes de que el juez interviniente procidiera a su traslado tiene fundamentos sólidos. Ese organismo policial era um centro de torturas: allí estaba la ‘pileta’, allí acababan los presos ‘más peligrosos’ y sin embargo la documentación requisada noreflejado la actuación represiva. La diferencia entre el archivo encontrado del Departamento de Investigaciones y el de la Técnica es que en ésta sólo existen registros del trabajo diario en esa dependência policial, sin discriminar la actividade represiva netamente política de la delincuencia común. En cambio, el archivo del Departamento de Investigaciones es más sistemático²¹¹.

Referentes aos primeiros anos de funcionamento, datando dos anos 1958 até aproximadamente 1965, dentre os documentos encontrados estão importantes documentos referentes à Liga Mundial Anticomunista, uma coleção de aproximadamente 700 livros considerados subversivos que haviam sidos tirados de residências privadas durante as incursões policiais,²¹² fichas de presos políticos, documentos pessoais de Campos Alum, diretor do local, assim como materiais para a capacitação policial, informes dos *pyragues*, entre outros. A documentação encontrada foi revelando a trama de controle que se espalhava pela sociedade, além de revelar:

mediante pruebas obtenidas em el lugar se pudo comprobar que ‘La Técnica’, después del 2 y 3 de febrero de 1989, se dedicaba al control y espionaje de las actividades de líderes sindicales, sindicatos, grupos obreros y movimientos sociales y estudiantiles.²¹³

²¹¹ Idem.

²¹² PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay... op. cit.*, p. 26

²¹³ MINISTERIO del Interior cerró ‘La Técnica’: ‘Ya no hay nadie a quien controlar ni perseguir’. *ABC Color*, Asunción, p. 10-11, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

A permanência de mecanismos repressivos como a vigilância após o derrocamento do regime stronista, assim como a questão da *La Técnica* ter sido efetivamente fechada em 22 de fevereiro de 1992, reforçam a proposição assinalada no periódico *Última Hora* que “[...] su mantenimiento estaba previsto en el presupuesto para el 93.”²¹⁴ Ou seja, o sistema repressivo ainda permeava o tecido social paraguaio.

Outros documentos foram também requeridos. No dia 21 de janeiro de 1993, encontraram-se documentos que formavam parte do arquivo do *Departamento de Investigaciones* encontrados em Lambaré, no *Departamento Judicial de la Policía de la Capital*, no centro de Assunção. Segundo reportagem veiculada no jornal *ABC Color* no dia posterior ao encontro dos documentos:

El procedimiento fue realizado por los diputados Francisco José de Vargas y Sandino Gil Oporto, ambos de la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de diputados, quienes se presentaron al lugar en compañía de miembros de la prensa a fin de verificar una denuncia anónima recibida en el Parlamento²¹⁵.

Nesta incursão, participou também o juiz José Agustín Fernández que “[...] ordena la remisión de dicho documento a la bóveda de seguridad del Palacio de Justicia, bajo segura custodia del actuario.”²¹⁶ Composta por listas de presos políticos distribuídos nas delegacias, pastas com fotografias, diagnósticos médicos que foram ‘revisados’ após as sessões de tortura, etc., essa documentação foi encontrada, conforme o excerto acima aponta, através de denúncias realizadas no Parlamento onde atuava o deputado de Vargas²¹⁷.

²¹⁴ SENADORA abogó para que acabe el “terrorismo de Estado”: La clausura de *La Técnica* no debe ser sólo simbólica. *Última Hora*, Asunción, p. 29, 24 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

²¹⁵ ENCUESTRAN otra parte del archivo:mas documentos sobre represion policial. *ABC Color*, Asunción, p. 8, 22 ene. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai

²¹⁶FERNANDEZ, José Agustín. *El Habeas Data...* op. cit., p. 79.

²¹⁷Importante destacar que esta noticia do Jornal *ABC Color* fala precisamente como se obteve a denúncia. Entretanto, tais informações contam na parte inferior da reportagem o qual no próprio processo de digitalização efetuado pelo

Entretanto, segundo este, “[...] no se realizaron la verificación inmediata de la denuncia em vista de que tenían otra información , igualmente confidencial, con respecto a otros posibles evidencias de la represión stonista”²¹⁸. Tal questão reforça que informações sobre a localização dos documentos da ditadura stonista ‘circulavam’ e estavam sendo remetidas aos órgãos competentes para serem averiguadas.

Em 09 de março de 1993, na *Comisaría Tercera*, em Assunção, local em que na década de 1970 funcionava como prisão de presos políticos, foram também encontrados inúmeros outros documentos.

Parte de la documentación que fue manejada em ‘La Técnica’ y que guarda relación com los detenidos políticos del Régimen anterior fue hallada esta mañana em el local de la Comisaría Tercera. Hasta allí llegó el diputado Francisco José de Vargas, acompañado de otros parlamentarios, después de conseguir la autorización del viceministro del Interior Rubén Villalba Cataldi.

El comisario de la unidad, Francisco Pérez, recibió a los componentes de la Comitiva de parlamentarios, les condujo hasta um altillo, primeramente, y luego hasta uma sala donde se llega atravesando el pátio. Allí se hallaron carpetas com el rótulo de ‘Secretismo’, donde figuraban listas de ‘comunistas’ de la época anterior.²¹⁹

Devido a sua localização estratégica para os órgãos repressivos por estar em frente a *La Técnica*, pode-se ponderar, como apontou o deputado de Vargas, que “Estos documentos presublimente fueron

Centro de Documentación y Archivo (onde muitas das notícias de periódicos utilizadas neste trabalho foram digitalizadas) foi ‘cortado’. Todavía, o título que antecede essa discussão, ‘Mediante um papelito’, possibilita inferir que tal denúncia foi realizada ante o Parlamento através de um ‘papelito’, uma mensagem.

²¹⁸ENCUENTRAN otra parte del archive... op. cit.

²¹⁹HALLARON más documentos de la represión: intervención em la Comisaría Tercera. In: ALMADA, Martín. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010, p. 269.

traídos desde ‘La Técnica’ y depositados en este lugar.’²²⁰ Concernente a como soube da existência nesse local de tais documentos

[...] de Vargas dijo que en la Comisión de Investigación de Ilícitos se había recibido hace tiempo el dato de que em la Comisaria Tercera se encontrarían más documentos que probarían la actuación de la Policía política stronista. ‘No vinimos a intervenir antes porque esperamos que la própria Policía, voluntariamente, nos hiciera llegar los papeles’, sostuvo.²²¹

Tal proposição sustenta novamente a premissa que as notícias, denúncias sobre a localização de arquivos relativos ao período stronista estavam sendo expedidas para serem apuradas. Questão que corrobora com narrativas como a do comissário Ismael Aguilera referente ao arquivo localizado em Lambaré e analisado anteriormente. Destaca-se destarte, que para a verificação dessas denúncias era (e é) necessária uma autorização e os tramites para a mesma. Neste sentido, acabava provocando que o acesso a estas documentações se estendesse a períodos maiores.

Importante também destacar a fala de Vargas “No vinimos a intervenir antes porque esperamos que la própria Policía, voluntariamente, nos hiciera llegar los papeles”²²², que indica que o deputado esperava a entrega dos documentos voluntariamente, talvez devido as denúncias que a ele chegavam (acaso de algum policial arrependido como afirmou no caso das denúncias feitas a ele em relação ao encontro da documentação do arquivo em Lambaré - quiçá não teria sido a mesma pessoa que revelou-lhe onde localizar todos esses documentos?).

Em Coronel Oviedo, uma das regiões mais afetadas pela repressão stronista, na *Delegación de Gobierno de Caaguazú*, um pedido de *habeas data* formulado por 24 campesinos das Ligas Agrarias e apresentado pelo advogado Hermes Chamorro²²³, “[...] permitió que el

²²⁰ APARECEN más documentos del ‘archivo del terror’: la incautación se realizo ayer en la Comisaria Tercera, com la presencia del juez Angel Barchini. *Hoy*, Asunción, p. 42, 10 mar. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, Assunção’, Paraguai.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

²²³ ALLANAN archivo de la Delegación de Oviedo: ex miembros de Ligas Agrarias pidieron Habeas Data. *ABC Color*, Asunción, p. 36, 12 mar. 1993.

juzgado em lo Civil Comercial, Laboral y Tutelar del Menor de esta circunscripción encontrar a documentaciones de la dictadura stronista que datan de varias décadas.²²⁴ A documentação, posteriormente enviadas à *Corte Suprema de Justicia* corresponde a apenas nove pastas, conforme Rosa Palau.²²⁵

Toda a documentação encontrada nestes diferentes locais foi incorporada posteriormente ao *Archivo del Terror*. Esta desde então têm sido utilizada de diferentes formas e têm contribuído para contar outras histórias e memórias sobre a ditadura stronista.

(Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

²²⁴ FIGUEREDO, Robert. Hallaron otro ‘archivo del horror’ en interior del país: documentos de la dictadura stronista em Coronel Oviedo. Noticias, Asunción, 12 mar. 1993, p. 12-13. In: ALMADA, Martín. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010, p. 270.

²²⁵ PALAU Apud VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p. 96.

4. DOCUMENTOS E MEMÓRIA: OS USOS CONTEMPORÂNEOS DO ‘ARCHIVO DEL TERROR’ NO PARAGUAI

O *Archivo del Terror* no Paraguai, desde que foi encontrado, tem possibilitado importantes desdobramentos na história recente paraguaia, constituindo nesta um capítulo particular. Por sua riqueza documental que infere também sobre as ditaduras dos outros países do Cone Sul, este arquivo permite conhecer muitos das nuances deste período repressivo. Entendendo os arquivos “[...] como instituciones que no son pasivas intermediarias para la producción de historia, sino que también son activas gestoras de memorias”²²⁶, busco neste capítulo explicar sobre a criação do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CdyA)*, e os usos que na atualidade vêm sendo realizados dos documentos do *Archivo del Terror*, notadamente os referentes à memória.

4.1 ‘CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ARCHIVO PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS’(CDYA)

Em janeiro de 1993 iniciaram-se os processos de inventariado e classificação dos diferentes documentos encontrados. Para sua realização, uma equipe de trabalho composta por vinte e cinco pessoas foi formada.²²⁷ Coordenada pelos juízes que intervieram no encontro da documentação, José Agustín Fernández e Luis María Benítez Riera, o grupo estava também constituído por funcionários do Ministério Público, vítimas e familiares de vítimas, representantes da *Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Senadores*, membros do *Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE)* e do *Centro de Documentación y Estudios (CDE)*, além de contar com a colaboração da documentalista Rosa Palau Aguilar.²²⁸ Paralelamente aos trabalhos de classificação, tal equipe passou também a atender vítimas e familiares

²²⁶ CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 207.

²²⁷ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguay, 14/06/2012. Acervo del LEGH/UFSC, p. 5.

²²⁸ FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit., p.100.

de vítimas, que vinham relatar suas histórias e buscar documentos, assim como a imprensa nacional e internacional, que confluíam ao local para ler e consultar a documentação.²²⁹

Depositada nas salas dos juízes interventores desde que fora encontrada, e sendo reduzido o espaço para a efetuação dos trabalhos, em 05 de fevereiro de 1993 a *Corte Suprema de Justicia* habilitou e autorizou, a pedido do juiz Fernández, a utilização de uma sala “[...] en el octavo piso del edificio que sirve de sede para el Poder Judicial”²³⁰ para depositar esta documentação. Dispostas neste novo local e próxima de finalizar-se a classificação da documentação, mediante a necessidade de dar continuidade aos trabalhos, segundo Myrian González Vera, um projeto de cooperação entre a *Corte Suprema de Justicia*, a *Fiscalía General del Estado* e a *Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos* (USAID) foi firmado.²³¹

El acuerdo, realizado a pedido de la Corte por intermedio de la Agencia para el Desarrollo Internacional de los EE.UU (USAID), establece que el Gobierno Norteamericano contribuirá con la suma de 40.000 dólares que estarán destinados a salários, materiales, suministros y equipos .

Por otra parte, el Gobierno de Paraguay dará 28.000 dólares, que se utilizarán para cubrir rubros similares. La asistencia a ser utilizada para la preservación de estos documentos consistirá en la clasificación, catalogación y microfilmación de los mismos.

El sistema utilizado para la documentación establece que ésta tendrá referencia cruzada y estará disponible en una lista computarizada para

²²⁹ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p. 5-6.

²³⁰ CORTE adoptó medidas destinadas a preservar el “archivo del horror”. *El Diario*, Asunción, p. 8, 8 feb. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

²³¹ VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p. 102.

uso de jueces, fiscales, estudiantes e historiadores²³².

Este acordo, executado entre abril e dezembro de 1993, entretanto, não esteve desprovido de críticas, notadamente de organizações de Direitos Humanos que em comunicado ao presidente Rodríguez se pronunciavam “[...] contra el peligro de entrega de esta valiosa documentación por la grotesca suma de 40.000 dólares continuando así la dependencia de los grandes centros de poder que avasallan nuestro pueblo”²³³. Percebe-se neste sentido, a participação e principalmente a preocupação por parte destes setores voltados em prol dos Direitos Humanos com esta documentação e o temor ante seu desaparecimento e/ou porvir.

Em 26 de março de 1993, finalizada a primeira etapa de classificação, a *Corte Suprema de Justicia* por meio da Resolução n.º 81, estabeleceu a criação do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* (CdyA), na sede do *Palacio de la Justicia*, “destinado a la preservación de los documentos y su contenido, en vista del valor jurídico, procesal e histórico mediante la aplicación de procedimientos modernos de control y manejo automatizado”²³⁴. Como diretores deste Centro, a Corte designou os juízes José Agustín Fernández e Luis María Benítez Riera. Como coordenadora, foi designada a documentalista Rosa Palau Aguilar. Esta, convocada em dezembro de 1992 para coordenar os trabalhos de inventariado desses documentos, explana algumas questões concernentes à criação deste Centro:

Entonces cuando nosotros vamos y nos entrevistamos y le planteamos que terminamos el inventario y ellos preguntan y ahora que se hace, entonces yo le propongo crear un Centro de Documentaciones y Archivo, porque esto va a

²³² MICROFILMARÁN el archivo. *Hoy*, Asunción, p. 37, 20 feb. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

²³³ COMISIÓN de DD.HH. protesta por la entrega de “archivos del terror”. *ABC Color*, Asunción, p. 14, 27 feb. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

²³⁴ STABILI, Maria Rosaria. Opareí: la justicia de transición em Paraguay. *América Latina Hoy*, 61, 2012, p.145.

servir para investigación, va a servir para pruebas en juicios, va a servir como aporte a otros países y entonces dice el y como se va a llamar. Entonces nosotros hacemos el borrador de resolución muy pegado a un proyecto que nos permitiría iniciar la retrofilmación, nosotros le hacemos el borrador de resolución y de creación entonces ellos lo pasan en limpio, lo firman y es la resolución.²³⁵

Como é possível deprender, Rosa teve grande protagonismo na criação deste Centro, utilizando-se inclusive de estratégias na urdidura da resolução que a criou de modo a favorecer e dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo realizados. Ademais, como ela ressalta:

[...] una de las cosas que hay que tener en cuenta es que la corte que estuvo durante los últimos 10 o 15 del gobierno dictatorial fue la misma corte que tuvo la visión de acoger a esta documentación y dictar una resolución de creación de un Centro de Documentación y Archivo²³⁶.

Questionada em entrevista à Janine Gomes da Silva sobre esta relação da Corte com a criação do Centro, afirma que “[...] si bien era una corte complaciente era una corte sometida como toda la ciudadanía [...]”²³⁷ Acentua também que “[...] madure la idea y dije si, porque también pensaba que era una forma de reparar el daño, era también invertir dinero en tener los documentos organizados y abiertos al publico.”²³⁸ Talvez em um contexto em que esses documentos tinham grande notoriedade na imprensa e onde as vítimas e familiares vinham recorrendo intensamente a eles, a criação deste *Centro de Documentación y Archivo* fosse uma forma de mostrar uma postura mais voltada com as garantias cidadãs. Postura esta que vinha sendo delineada com a adesão em janeiro de 1993 à Convenção Americana dos Direitos Humanos onde nos dizeres do então presidente Andrés Rodríguez “[...] el Paraguay demuestra su compromiso incommovible

²³⁵ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p. 7.

²³⁶ Ibidem, p. 6.

²³⁷ Ibidem, p.7.

²³⁸ Ibidem, p.8.

con la democracia”²³⁹. Interessante pensar também neste sentido, na localização física deste arquivo. Pois, sua inserção no espaço do Poder Judicial sinaliza um ‘comprometimento’ deste âmbito com o Centro e com o que ele defende, lhe conferindo significações singulares.

No acervo documental do *Archivo del Terror*, abrigado no *Centro de Documentación y Archivo*, é possível reconstituir por meio dos documentos o cotidiano dos (as) opositores (as) ao regime detalhadamente, analisar as delações dos(as) *pyragües* e a trama de controle que se estendia a todo o tecido social, observar a vigilância realizada em reuniões, manifestações, publicações e assembléias estudantis, além de conhecer as origens, organização e propósitos da Operação Condor.

Possuindo aproximadamente duas toneladas de documentos, este acervo foi dividido em duas grandes sessões: a primeira, formada por materiais confiscados pelo sistema repressivo (correspondências pessoais, recortes de periódicos etc.); e, a segunda, por materiais produzidos pelas forças de segurança (declarações extraídas dos (as) detentos (as), informes sobre grupos políticos e de informantes, etc.).²⁴⁰

Esta documentação integrada, sobretudo por materiais produzidos por forças policiais, data inclusive do período anterior ao regime de Stroessner (desde a década de 1930). Segundo Stabili, consistem em:

[...] 700.000 documentos que cubren 35 años (1954-1989); 740 cuadernos clasificados alfanuméricamente; 115 volúmenes de diarios de la policía; 181 armarios de archivo; 204 cajas de fichas con informes y documentos de diverso origen; 574 carpetas con informes sobre uniones y partidos políticos; 8.369 fichas con datos de detenidos; 1.888 pasaportes y tarjetas de identidad; al menos 10.000 fotografías de detenidos, encuentros sociales y políticos y reuniones familiares; biblioteca de 1.500 libros y

²³⁹LAMENTO “aberrantes” violaciones de DD.HH: Rodríguez pidió aprender lección del “negro pasado”. *El Diario*, Asunción, p. 6, 13 ene. 1993.(Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

²⁴⁰AGUILAR, Rosa Palau. *De ‘Archivo del Horror’ a Centro de Documentación para la Defensa de los Derechos Humanos*. Asunción: CDA, Corte Suprema de Justicia, Fiscalía General del Estado, 1993, p. 11.

revistas embargados por la policía; 543 casetes con grabaciones de encuentros, conferencias, discursos y programas de radio. Los documentos referentes al período pretronicista están constituidos por 28 libros (registros de nombres, antecedentes, prontuarios policiales, listas de dirigentes obreros, libros de entrada policiales, etc.) y cerca de cuatro mil fichas de registro. A toda esta documentación se agregan carpetas, libros y contenedores clasificados como delitos comunes²⁴¹.

Destaca-se que no Paraguai existem algumas leis que regem os museus e arquivos. Porém, cada instituição possui um sistema organizacional próprio²⁴². Em relação à organização dos documentos do *Archivo del Terror*, considerando o grau de eficácia que tinha o sistema repressivo de dados do arquivo da Polícia da Capital e “[...] los documentalistas encargados del ordenamiento de los mismos optaron por adaptarse a las pautas utilizadas por sus antiguos dueños.”²⁴³ Compreendido, tal sistema se mostrou fácil e eficaz, pois por meio do nome de um suspeito, manualmente e em poucos minutos era possível encontrar sua foto, sua ficha anterior, sua declaração indagatória e os resumos do Serviço de Inteligência sobre os motivos de sua detenção, facilitando demasiadamente o trabalho²⁴⁴.

Contudo, a documentação não está completa. Para Rosa Palau houve o extravio de parte desta:

[...] nosotros pensamos que la documentación que entro en el inventario tuvo que haber tenido una fuga de un 65% tal vez, y entre el traslado... Y la llegada acá también tuvo que haber una fuga, porque era con vehículos particulares, eran los medios de comunicación, eran con las victimas o familiares de victimas²⁴⁵.

²⁴¹STABILI, Maria Rosaria. Opareí... op. cit., p.145-146.

²⁴²ARCETE, Wilma. *Hacia una organización de archivo*. Asunción: AGR Servicios gráficos, 2009.

²⁴³FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit., p.103.

²⁴⁴Idem.

²⁴⁵AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p. 11.

Muitos dos documentos que a imprensa teve acesso e que publicou logo após estes serem remetidos ao *Palacio de la Justicia*, por exemplo, já não figuram mais neste arquivo.²⁴⁶ Alguns deles vêm sendo entregues principalmente nas comemorações realizadas neste Centro, como em 22 de dezembro, data em que foi encontrado o arquivo em Lambaré.

O centro tem ainda realizado convênios e projetos com outras instituições por meio dos quais tem recebido aporte técnico. Além disso, tem recebido, segundo Paz, Aguilar e Salerno, algumas doações como da Embaixada da França, da UNESCO etc²⁴⁷. Este espaço mantém algumas relações também com outras instituições. Como indica Fernández “[...] temos uma relação com outros museus, não uma relação institucional, mas uma relação de serviço. Somos referência, dentro do que está ao nosso alcance.”²⁴⁸ Nos países do Cone Sul, poucos são os arquivos produzidos pelos órgãos da repressão que são públicos e de acesso irrestrito aos seus acervos²⁴⁹. O *Archivo del Terror*, pela sua magnitude, organização e disponibilização vem se delineando deste modo de singular importância na região, se tornando uma ‘referência’ para as demais instituições.

Ao abordar a disponibilização de documentose à preservação da intimidade das pessoas no *Archivo del Terror*, Myrian González Vera, analisa que este, mesmo não possuindo uma normalização sobre o acesso, efetua certas restrições relacionadas com a privacidade das pessoas. Seus funcionários e demais pessoas a ele relacionados, conforme ela, defendem o “sentido de la a conciencia de los archiveros”²⁵⁰ para mostrar ou não os documentos²⁵¹.

²⁴⁶ VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p. 92.

²⁴⁷ PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: los archivos del terror...* op. cit., p. 54.

²⁴⁸ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

²⁴⁹ Em muitos desses arquivos, é necessário ao pesquisador, usuário etc., preencher um temo burocrático de responsabilidade em virtude de esta documentação e seus usos poderem expor questões, partes da vida que o sujeito a que se refere não desejar expor. Alguns arquivos brasileiros como, por exemplo, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro vem adotando esse termo de responsabilidade como forma de preservar a intimidade das pessoas.

²⁵⁰ Ou seja, são os funcionários do arquivo que decidem quais documentos mostrar ou não.

Como indica Padrós, considerado ‘material sensível’, a documentação proveniente de sistemas repressivos pode ser portadora de informações delicadas em função da possibilidade de exposição das vítimas, podendo ainda revelar, em relação aos/às sobreviventes, memórias traumatizadas e esquecidas²⁵². Desta forma, para Bauer e Gertz, essa documentação e a legitimidade das informações nela contida devem ser também questionadas, considerando que, na maioria dos casos, foram conseguidas através de ações ilegais e legais, incluindo violência física e psicológica, além de práticas difundidas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que muitas vezes gerou informações imprecisas.²⁵³

Em 22 de dezembro de 2007, como um “[...] regalo de 15 años”²⁵⁴ do encontro da documentação do arquivo, a *Corte Suprema de Justicia*, concedeu ao Centro um espaço no térreo do *Palacio de la Justicia*, sendo que anteriormente este se encontrava em seu oitavo andar. Também nesta data e como parte do ‘presente’, foi habilitada a sala de exposições do *Museo de la Justicia no Centro de Documentación y Archivo*. Este, que compunha um dos objetivos de longa data do Centro (ver anexo), foi concretizado e inaugurado, conjuntamente com a realocação do *Centro de Documentación y Archivo*, em 28 de maio de 2008. Para Margarita Durán Estragó, historiadora que auxiliou na organização do acervo deste museu, este, foi criado para:

‘recuperar la memoria histórica de la Administración de Justicia en el Paraguay’, fue una propuesta de la Ministra Alicia Pucheta de Correa al pleno de la Corte Suprema der Justicia. Con el benplácio y apoyo de sus pares se logro coordinar objetivos y acciones entre diferentes dependencias institucionales y se invito

²⁵¹ VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p.104.

²⁵² PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n.1, jan/jun. 2009, p.41.

²⁵³ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.p.177.

²⁵⁴ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit, p. 11.

a una equipo multidisciplinaria de profesionales a sumar su aporte para impulsar la creación del Museo de la Corte Suprema de Justicia. Esta iniciativa surgió con motivo de la reubicación física y el fortalecimiento del Centro de Documentos y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. La propuesta quedó plasmada con el nombre de ‘Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, más conocido como ‘Archivo del Terror’²⁵⁵.

Segundo Osvaldo Salerno, arquitecto e museólogo que también foi convocado para a instalação e montagem da exposição do acervo e que segue a linha curatorial “[...] del cruce entre el arte y Derechos Humanos”²⁵⁶ que interessou a este Centro, afirma que o museu foi pensado enquanto:

[...] un espacio donde se dé cuenta de la aplicación de la justicia en el Paraguay, desde tiempo pre-coloniales hasta hoy y que fuera un espacio de presentaciones de libros, de conferencias, no solamente el archivo que está ahí ubicado, si no también que sea un espacio de movimentación cultural²⁵⁷.

Contando com duas maquetes, uma concernente a justiça guarani, e outra ao Cabildo de Pilar, centro administrativo da justiça nas vilas²⁵⁸, além de *banners* e poemas que fazem referência à ditadura, o museu possui ainda dezessete painéis²⁵⁹ que “[...] exponen textos,

²⁵⁵ ESTRAGÓ, Margarita Durán. Introducción. In: CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Catálogo*. Asunción, 2010, p. 11.

²⁵⁶ SALERNO, Osvaldo. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguay, 14/06/2012. Acervo del LEGH/UFSC, p. 10.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ ESTRAGÓ, Margarita Durán. Introducción... op. cit., p. 12.

²⁵⁹ Seguindo a ordem numérica as vitrines expõem “[...] la Justicia Guaraní, el Derecho Penal Guaraní, la Justicia Colonial, el Derecho Penal Colonial, Autoridades Judiciales, Justicia en las Reducciones Guaraníticas, Cabildo de Asunción (Primera Sede Judicial), Cabildos de Villas de Españoles y de Pueblos de Indios, Justicia en el Paraguay Independiente, Sistema Carcelario, Pena de

imágenes y algunos objetos relacionados al planteamiento histórico”²⁶⁰. Estes estão dispostos próximos das paredes do local como é possível observar na figura abaixo:

Figura 2: ‘Museo de la Justicia’.



Fonte: MUSEO DE LA JUSTICIA. Centro de Documentación y Estudios para la Defensa de los Derechos Humanos, por Margarita Durán Estragó. Sede del Teko Katu Ete- Justicia Guaraní. Asunción, 2008.

Muerte y Tortura, Justicia del Siglo XX (Leyes liberticidas), Sistema Represivo, Campos de Concentración, Organización del Sistema Judicial, Corte Suprema de Justicia y termina con la Constitución Nacional de 1992. YUBI, Javier. La Justicia tiene su memoria para velar por los derechos humanos. *ABC Color*, Asunción, 08 mayo 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/la-justicia-tiene-su-memoria-para-velar-por-los-derechos-humanos-569646.html>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

²⁶⁰ YUBI, Javier. La Justicia tiene su memoria para velar por los derechos humanos... op. cit.

Cada painel colocado “[...] de manera rectangular, de tal modo que la lectura del gui3n del museo adquiera el movimiento que requiere hojear un legajo judicial que forma parte, a su vez, de un gran libro abierto en todas sus p3ginas”²⁶¹, busca tamb3m salientar o respeito aos Direitos dos Cidad3os. Conforme ainda o site do referido museo, ele “forma parte de un complejo institucional creado para activar la memoria social en torno al Centro de Documentaci3n y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos [...]”²⁶²

Em rela33o ainda a tal Centro, definido como um organismo de “protecci3n, sistematizaci3n, investigaci3n y difusi3n de informaciones contenidas en los documentos que constituiran los archivos secretos de la policia pol3tica de la dictadura de Alfredo Stroessner,”²⁶³ cabe mencionar que atualmente compreende um espa3o de 236m²., possuindo tamb3m um audit3rio multiuso e 3reas administrativas.²⁶⁴

De acesso irrestrito ao p3blico, recebe in3meros usu3rios como v3timas e familiares de v3timas, pesquisadores (as), jornalistas, agentes estatais, magistrados, diplomatas, autoridades estrangeiras, membros de organiza33es civis, estudantes, e p3blico em geral, nacional e internacional, para realizar consultas e pesquisas. Conforme Jos3 Agust3n Fern3ndez:

Miles de estudiantes nacionales y extranjeros de todos los niveles educativos ya han pasado por el Archivo, adem3s de miembros de organizaciones como la Corte Interamericana de Derechos Humanos, Archivo sin Fronteras, Comisi3n de Verdad y Justicia, National Security Archive, Madres de Plaza de Mayo, entre otros²⁶⁵.

²⁶¹ SALERNO, Osvaldo. Introducci3n. In: CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentaci3n y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Cat3logo*. Asunci3n, 2010, p. 10.

²⁶² MUSEO de la Justicia. Introducci3n. Dispon3vel em: <<http://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/684>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

²⁶³ VERA, Myrian Gonz3les. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p.103.

²⁶⁴ SALERNO, Osvaldo. Introducci3n... op. cit., p. 9.

²⁶⁵ FERN3NDEZ, Jos3 Agust3n Rodr3guez. *El H3beas Data en el Paraguay...* op. cit., p.119.

Salienta-se ainda que desde o ano de 2007 grande parte da documentação do *Archivo del Terror* está disponibilizada na internet. Resultante de um acordo entre o *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* e o *National Security Archive*, um dos centros de documentação histórica mais importantes dos Estados Unidos, um catálogo com sessenta mil registros permite aos usuários realizar buscas on-line por nomes e datas e identificar os documentos a serem consultados por meio de seu código de microfilmagem. Por meio desse sistema, este Centro vem favorecendo a otimização do acesso aos documentos do arquivo, o que remete considerar os usos que dele vêm sendo realizados.

4.2 OS USOS CONTEMPORÂNEOS DO ‘ARCHIVO DEL TERROR’

Constituindo o acervo documental mais volumoso dos anos da repressão na América do Sul que se tornou público,²⁶⁶ o *Archivo del Terror*, possui documentos importantes não só da ditadura strosnista, mas também documentação de extrema relevância a nível internacional, como as relacionadas à Operação Condor. E é por meio dela que o *Archivo del Terror* vem contribuindo para demonstrar as conexões entre os países do Cone Sul durante os regimes civis-militares, bem como dando suporte documental a júzos realizados na Argentina, Uruguai e Chile contra repressores envolvidos nesta operação.

Um dos mais famosos desses júzos refere-se ao caso de Augusto Pinochet, no Chile. Em 1998, seiscentas cópias de documentos presentes neste arquivo foram remetidas ao juiz espanhol Baltasar Garzón, contribuindo “[...] para la detención de general Pinochet em Londres durante 18 meses”²⁶⁷.

No Paraguai, os documentos favoreceram a detenção e prisão do ex-chefe do *Departamento de Investigaciones*, Pastor Coronel; do

²⁶⁶PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p.13.

²⁶⁷SEGUN Martín Almada considerado maestro subversivo en la dictadura: “En el Paraguay no hay respeto a los derechos humanos”. *ABC Color*, Asunción, 24 set. 2007. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/especiales/memorias-reconstruccion-de-la-historia-reciente-del-paraguay/en-el-paraguay-no-hay-respeto-a-los-derechos-humanos-1011702.html>>. Acesso em: 26 set. 2014.

chefe da Polícia, Alcibíades Brítez Borges, e dos torturadores Camilo Almada Morel, Alberto Cantero, Juan Martínez Lucilo Benítez, entre outros. Foram também processados por casos de repressão e desaparecimento de pessoas os generais Ramón Duarte Vera e Benítez Guanes Serrano²⁶⁸. Além disso, vários foram os processos abertos contra Stroessner, decretando-se o embargo de seus bens e um pedido de extradição, que foi negado pelo governo brasileiro.

Destaca-se também o emprego desta documentação pela *Comisión de Verdad y Justicia*²⁶⁹ do Paraguai que realizou seus trabalhos entre 2004 à 2008. Tais documentos foram fundamentais para contrastar com os testemunhos das vítimas²⁷⁰. Outras instituições ou pessoas ligadas à justiça tem igualmente requerido estes documentos, inclusive brasileiros. Como aponta Rosa Palau:

[...] de Brasil también vinieron algunos buscando casos de João Goulart... no hace mucho vinieron algunos que van a apoyar a la Comisión de Verdad y Justicia en Brasil. Vinieron grupos, y creo que uno de ellos era comisionado, en febrero vinieron[...]²⁷¹.

Questões que denotam a contribuição deste acervo documental para elucidar arbitrariedades não somente no Paraguai, mas também em outros países do Cone Sul.

Tendo constituído para centenas de paraguaiois (as) vítimas da polícia stronista uma possibilidade real de documentar sua detenção e os

²⁶⁸ VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p.106.

²⁶⁹ A Comisión de Verdad y Justicia, iniciando seus trabalhos em outubro de 2004 e finalizando-os em agosto de 2008, buscou investigar as violações aos Direitos Humanos ocorridas no Paraguai entre 1954 à 2003. Constituída por oito tomos, os trabalhos desta Comissão abarcam questões como o regime político de Stroessner, a Operação Condor, o exílio, o impacto da violência nas mulheres e as diferenças de gênero, a repressão nas comunidades atingindo os ‘campesinos’, etc. Apresentando também recomendações ao governo Paraguuaio, cabe destacar que na data da entrega dos trabalhos da referida Comissão, o então Presidente do país, Fernando Lugo, pediu perdão em nome do Estado pelas violações cometidas. COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final AnivehaguãOiko- Síntesis y Caracterización del Régimen*. T. 1... op. cit.

²⁷⁰ PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p.83.

²⁷¹ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p. 13.

anos derivados da mesma,²⁷² devido a seu caráter probatório, os documentos deste arquivo vêm sendo utilizados para legitimar denúncias das vítimas e familiares de ex-presos (as) políticos (as), agilizar processos judiciais, assinalar responsabilidades etc.. Seu acervo constitui ainda um permanente banco de dados destinado “[...] a la atención de solicitudes para los recursos de hábeas data, a fin de apoyar los procesos de violación de los Derechos Humanos abiertos, brindando toda la información requerida por los jueces”²⁷³. E, conforme levantamento realizado por Paz, Aguilar e Salerno, estes têm apresentado um expressivo crescimento ao longo dos anos.²⁷⁴

Outra das principais utilizações que vêm sendo feitas do arquivo refere-se à Lei de Reparação promulgada em 12 de setembro de 1996. Resultante da reivindicação das vítimas, onde tanto elas quanto seus familiares tornaram-se beneficiários, de acordo com Fernández:

Esta ley tiene por objeto la regulación de un régimen de indemnizaciones, em virtud del cual , las personas nacionales o extranjeras que hayan padecido cualquier tipo de ultraje, castigo o desmedro em el goce o ejercicio de sus derechos humanos, especialmente de su vida, su integridad personal o su libertad, por parte de funcionarios, empleados o agente del Estado que hayan desempeñado funciones durante la dictadura gobernante desde el año 1954 hasta el año 1989, puedan ser compensadas pecuniária o moralmente por el agravio que hubieren sufrido.²⁷⁵

Para esta indenização, a lei exige como requisito indispensável, que as vítimas e familiares de vítimas solicitem por meio da figura do *habeas data*, documentos presentes no *Centro de Documentación y*

²⁷² PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História-Anpuh Rio Grande do Sul. 2008, p.8.

²⁷³ MEMORIA para no olvidar. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. *ABC Color*, 15 jun.2008. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresasuplementos/abc-revista/memoria-para-no-olvidar-1075556.htm>>. Acesso em: 26 set. 2014.

²⁷⁴ PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p. 86-87.

²⁷⁵ FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit. p.149.

Archivo que atestem sua petição. Desta maneira, além de um espaço cultural, este tem a seu encargo atividades administrativas como as de expedir cópias de documentos, responder ofícios judiciais etc., tendo continuamente à presença de vítimas e familiares de vítimas em seu estabelecimento.

Estes documentos têm, além disso, possibilitado esclarecer os nuances encobertos da história do autoritarismo paraguaio, aquelas partes e trechos da história do período ditatorial que não se encontram integrados ao discurso oficial como a metodologia repressiva utilizada, a responsabilidade concreta das autoridades, os (as) civis envolvidos com o regime, a participação estadunidense, etc.

Em vista da riqueza documental deste arquivo, inúmeros são os (as) pesquisadores (as) estrangeiros (as) que vêm recorrendo a este para produzir suas narrativas. Entretanto, em âmbito nacional, os (as) pesquisadores (as) pouco têm se interessado por este acervo, notadamente os (as) historiadores (as). Proposição que pode ser compreendida na fala de Rosa Palau Aguilar quando comenta que “ahora los historiadores tiene su propia política, decían no, nosotros no podemos trabajar con la historia reciente, tiene que pasar por lo menos 50 años para que empecemos a investigar.”²⁷⁶ Discussão que se estende a vários países, a utilização da História do Tempo Presente e suas críticas têm também seu espaço no Paraguai.

Estas críticas que entre outras coisas colocam a questão da necessidade do recuo e falam das ‘paixões ainda acesas’, foram tratadas por Rioux em seu texto escrito em 1991 onde pergunta: “Pode-se fazer uma história do presente?”²⁷⁷ Como ele mesmo defendeu, “o argumento da falta de recuo não se sustenta.”²⁷⁸ Há também para ele um constante imbrincamento entre passado e presente que se expressa na forma de traumas e choques, que se apresentam muitas vezes na memória. Neste sentido, pensar a História do Tempo Presente no contexto paraguaio é fundamental para compreender muitas das questões referentes à ditadura, como por exemplo, questões sobre os recalques e traumas na memória das vítimas da ditadura.

²⁷⁶ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p. 13.

²⁷⁷ RIOUX, Jean-Piere. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 39-50.

²⁷⁸ Idem.

Importante ressaltar que a localização deste acervo em Lambaré e a posterior criação deste espaço geraram impactos como demandas por justiça, explicação dos fatos, favorecendo também uma maior conscientização dos acontecimentos do passado. Para José Agustín Fernández:

[...] esses arquivos mudaram a ideia dos Direitos Humanos no Paraguai. Esses arquivos permitiram que houvesse uma visão crítica, esses arquivos permitiram que aqui no Paraguai não haja nenhuma lei de ponto final, nenhuma lei de anistia, nem sequer se tentou. Esses arquivos demonstraram mais além para o mundo que, verdadeiramente, aqui os Direitos Humanos foram infringidos que houve gente morta, torturada, presa, perseguida, controlada. Não somente paraguaios. Indiscutivelmente demonstraram isso, os documentos.²⁷⁹

Contribuindo para mostrar as violações perpetradas durante a ditadura stronista, este arquivo, como apontou Fernández, vêm auxiliando para uma visão mais crítica sobre o passado recente paraguaio. Ademais, para Enrique Padrós, têm propiciado exigir explicações, fazer demandas de justiça, assim como uma maior consciência sobre o passado recente e as carências a serem supridas de modo que esses eventos possam ser combatidos no futuro, o que implica, por sua vez, refletir sobre a democracia, o funcionamento da justiça, e os direitos cidadãos²⁸⁰.

Cabe destacar uma singularidade dos documentos dos acervos da ditadura, conhecida como ‘efeito bumerangue’, onde “[...] produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações a seus direitos.”²⁸¹ Considerando a ausência de muitos dos arquivos da repressão do Cone Sul, pode-se perceber a importância do *Archivo del Terror* não somente para o Paraguai, mas também para os demais países da região ao

²⁷⁹ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

²⁸⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*... op. cit., p.8.

²⁸¹ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E.. Fontes sensíveis da história recente... op. cit., 178.

contribuir entre outras coisas, para iniciar vários processos judiciais, assim como elucidar proposições relacionadas à Operação Condor.

Inserindo no cenário atual demandas por justiça, reparação, conscientização sobre as violações perpetradas, etc., o *Archivo del Terror* vem propiciando ainda a produção de outros sentidos sobre o regime ditatorial no Paraguai. Sentidos estes que remetem também a questões relacionadas à memória e aos usos que dela vêm sendo feitos.

4.3 OS USOS DA MEMÓRIA NO ‘ARCHIVO DEL TERROR’

Na contemporaneidade, um dos fenômenos culturais e políticos mais impressionantes é a emergência da memória como uma das preocupações políticas e culturais fundamentais das sociedades ocidentais.²⁸² Nos países egressos de regimes militares do Cone Sul, tal preocupação com a memória adquiriu maior proeminência nos processos de democratização quando as memórias dos (as) opositores (as) do regime civil-militar, emudecidas no momento inicial da transição, passaram a requerer e obter maior abrangência na esfera política.

Tais grupos, constituídos principalmente por vítimas e familiares de vítimas, na busca do reconhecimento de seu protagonismo na história e de sua inclusão na memória do país, vêm afirmando sua identidade e utilizando a memória e seus usos políticos na revisão do passado recente de modo a serem nele incluídos (as) e reconhecidos (as).

E é nessa conjuntura que os arquivos da repressão e seus acervos vêm adquirindo especial relevância por poderem embasar as demandas destes grupos. Constituindo-se em *espacos de memórias*, em *lugares de memória*, que segundo Pierre Nora “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais”,²⁸³ esses arquivos têm possibilitado ainda outras memórias e narrativas sobre o passado recente nestes países, especialmente pelos usos da memória que desse passado vêm sendo feitas.

Em relação ao *Archivo del Terror* no Paraguai, a questão da memória pode ser percebida na representação e significação que ele vem tendo:

²⁸²HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9.

²⁸³NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993, p.13.

Los Archivos se convirtieron en un SÍMBOLO en sí mismo. En Paraguay, la palabra Memoria está indefectiblemente ligada a ellos. Las imágenes de los documentos, pasando de mano en mano el día del primer hallazgo o de los libros policiales ordenados en los estantes del Centro –Museo, se convirtieron en un ícono de una época en la que se rompía con el pasado y se empezaba a caminar hacia la democracia.²⁸⁴

Representações que permeiam também outros enunciados: “hemos abierto la “puerta del pasado’ e por “ella pudimos acceder a esa historia contada minuciosamente por los propios represores con la frialdad del esquema nazi.”²⁸⁵ Considerando como afirma Pesavento²⁸⁶ que as representações são portadoras do simbólico, dizendo mais do que mostram ou enunciam, pode-se perceber, como a localização dos documentos do arquivo, assim como seus usos no presente, constitui e permanece tendo um papel destacado na história recente deste país.

Concernente a esta proposição destaca-se a criação, resultante de proposta apresentada por organizações sociais, da Lei nº561 de 28 de abril de 1995, que declarou a data de 22 de dezembro, dia em que o *Archivo del Terror* foi encontrado, como o *Día de la Dignidad Nacional*.²⁸⁷ Para Fernández, esta data é uma forma de recordar as inúmeras vítimas das ditaduras do Cone Sul, e fundamentalmente lembrar as causas e fatores que facilitam a intolerância e a privação das liberdades gerando corrupção desmedida e que fez a sociedade submissa.²⁸⁸ Lei que é também uma forma de lembrar os direitos dos cidadãos quanto à dignidade, à liberdade, à igualdade, etc.

²⁸⁴ MUSEO de la Justicia. Puesta em valor de los documentos. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/334>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

²⁸⁵ ZORRILLA, Elvira Omedo. Acusado de ser terrorista intelectual y un maestro subversivo. *ABC Color*. Asunción, 02 feb. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/especiales/25-aniversario-del-golpe-de-1989/acusado-de-ser-terrorista-intelectual-y-un-maestro-subversivo-1210262.html>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

²⁸⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método... op. cit., p.41.

²⁸⁷ PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay...* op. cit., p. 85.

²⁸⁸ FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay...* op. cit., p.244.

Interessante perceber neste sentido a própria denominação do espaço que abriga o *Archivo del Terror*, o *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*. De acordo com Rosa Palau, este nome:

[...] si bien era muy largo, fue muy difícil de instalarlo porque decían Centro de Documentación y Archivo de Derechos Humanos, o Archivo de Derechos Humanos, entonces nosotros siempre hacíamos hincapié que era *para la Defensa de los Derechos Humanos* que no era de Derechos Humanos. Entonces en un momento dado cuando viene lo que denominamos nosotros la misión UNESCO en el año 98, 99 nos preguntan porque insistimos tanto en el *para* la defensa y no de Derechos Humanos, entonces ahí es cuando nosotros le explicamos que acá hay pruebas de violaciones de Derecho Humanos, y para que no se vuelva a repetir esto se llama *para* la defensa de los Derechos Humanos. Entonces a partir de ahí es como que consolidándose, sobre todo en la comunidad internacional el *para* la defensa, antes era de Derechos Humanos.²⁸⁹

Comunicar, transmitir para a sociedade as arbitrariedades perpetradas durante a ditadura civil-militar, defendendo e propagando a vigência dos Direitos Humanos²⁹⁰ constitui assim elemento de caráter pedagógico, o qual se estende também ao *Museo de la Justicia*, como é ressaltado no site do mesmo: “sólo conscientes y lúcidos de nuestro pasado podremos construir, esperanzados, pero no ingenuos ni ciegos, un presente y un futuro mejor para nosotros y para nuestros hijos”.²⁹¹ Neste *espacio de memória*:

²⁸⁹ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p.6.

²⁹⁰ Compreendo como na aceção de Lynn Hunt, que os Direitos Humanos não são nem autoevidentes e nem uma verdade, mas uma construção, um empenho coletivo histórico e político. Não sendo igualitários, estes permanecem sendo violado. HUNT, Lynn. A invenção dos Direitos Humanos. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

²⁹¹ LA URGENTE necesidad de preservar y difundir los datos. *ABC Color*, Asunción, 11 dic. 2006. Disponível em:

En un salón auditorio, donde se dan conferencias, está escrita la siguiente máxima: ‘os archivos, materia y memoria, están llamados a ocupar un espacio relevante en la lucha contra la amnesia colectiva que afecta a nuestro pasado reciente o remoto’. Y es justamente el Museo de la Justicia un lugar destinado a recordar los atropellos y violaciones de los derechos humanos en tiempos de la dictadura del Gral. Alfredo Stroessner.²⁹²

Exortando a necessidade da lembrança, o *Archivo del Terror* vem mobilizando a luta contra o esquecimento do passado ditatorial, para que este não mais se repita. Questão que remete aos usos da memória que vêm sendo feitos neste arquivo, especialmente em sua acepção de ‘dever’. Conforme Luciana Heymann, como mencionado anteriormente, a expressão *dever de memória*, cunhada no decorrer dos anos 1990, “remete à idéia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias.”²⁹³ Tendo sua origem na França na década de 1970 durante o processo de ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto de milhares de judeus que viviam no país²⁹⁴ e associada a passados sensíveis e a sua gestão, esta noção tem recebido nos últimos anos considerável aderência nas sociedades contemporâneas.

Em muitas delas, palco de acontecimentos traumáticos, o desenvolvimento de políticas memoriais, enquanto modo de lutar contra o esquecimento das vítimas da opressão, continuamente tem acarretado a concepção das responsabilidades dos abusos perpetrados assim como “[...] tem propiciado a reivindicação de medidas compensatórias não só

<<http://www.abc.com.py/espectaculos/la-urgente-necesidad-de-preservar-y-difundir-los-datos-949608.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

²⁹² YUBI, Javier. La Justicia tiene su memoria para velar por los derechos humanos... op. cit.,

²⁹³ HEYMANN, Luciana Quillet. O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea... op. cit., p. 19.

²⁹⁴ Idem.

para reparar as injustiças, mas para impedir possíveis repetições futuras de processos de violência e discriminação.”²⁹⁵

E é desta forma que podemos também considerar que muitos *lugares de memória*, notadamente os relacionados às ditaduras no Cone Sul, e de modo especial o *Archivo del Terror*, constituem, conforme Quinalha e Soares um recurso “ [...] fundamental para a efetividade dos direitos humanos e [...] podem ser tratados como bens culturais destinados à reparação simbólica das vítimas e à produção de conhecimento para a sociedade.”²⁹⁶

Destaca-se, todavia, que a noção de *dever de memória*, vem inserindo-se na academia e recebendo algumas críticas. Um dos principais expoentes destas foi Tzvetan Todorov. Afirmando a existência atual de um culto à memória, em especial às memórias traumáticas, este autor tem advertido sobre seu uso por parte de vários grupos com interesses próprios. Cunhando a expressão *abuso da memória*, em seus estudos vêm condenando a preservação de uma memória *literal* onde os acontecimentos e as vítimas são vistos como fechados em si mesmos, intransitivos e únicos.²⁹⁷ Em contrapartida, vem defendendo uma memória *exemplar* onde o acontecimento é visto de maneira mais generalizado ou como um modelo no qual o passado sirva de lição e “[...] em principio de ação para o presente.”²⁹⁸

O *Archivo del Terror* desenvolve também vários eventos culturais, assim como recebe visitas de estudantes, pesquisadores (as) etc. Nestes, procura enfatizar questões relacionadas à memória do período stonista. Conforme aponta Fernández:

[...] Este é um espaço vivo de memória, onde nós não temos somente os documentos dos arquivos. Fazemos atos, festejamos, comemoramos o Dia da Não Tortura, o aniversário do Arquivo, temos um cronograma ao longo de todo o ano que vamos... esse espaço serve... é espaço dinâmico, onde

²⁹⁵ FERREIRA, Marieta. História Oral: Velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 178-179.

²⁹⁶ QUINALHA, Renan Honório; SOARES, Inês Virgínia Prado. Os Lugares de Memória no cenário brasileiro de justiça de transição. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10, p. 76, jun. 2011.

²⁹⁷ TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Grafiques 92, 2000, p. 30.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 31.

fizemos reuniões, enfim. Todas as formas de repercussão, de uma forma tomamos como aprendizagem para que isso não mais se repita²⁹⁹.

Mobilizando e ressaltando continuamente discursos que ressaltam a luta contra o esquecimento e a partir da aprendizagem das violações cometidas, o *Archivo del Terror* procura enfatizar as vítimas, pesquisadores (as), e a outros (as) usuários (as), que a memória do regime civil-militar de Stroessner precisa ser reconhecida como um *dever de memória* de modo a que tais acontecimentos não mais se repitam. Entretanto, Rosa Palau Aguilar, assevera que “yo siento que no es prioritario recuperar la memoria... es mejor olvidar, yo siento que en la ciudadanía esta eso... hay señales, hay señales... por ejemplo la lentitud con que la justicia lleva a cabo [...]”³⁰⁰. Cabe realçar que no Paraguai não houve a promulgação de uma Lei de Anistia, porém muitos dos repressores permaneceram/em no poder. Tal fator tem dificultado as demandas de memória, verdade e justiça, propiciando o esquecimento.

Contudo, este espaço, abrindo ‘as portas do passado’, vem propiciando as vítimas e seus familiares valorizar e legitimar suas vozes assim como reconstruir suas identidades. Pois como resalta Pesavento, além de ser uma construção imaginária de sentido, fornecendo como que uma compensação simbólica a perdas reais da vida, a identidade é igualmente produtora de coesão social onde o indivíduo pode se considerar pertencente³⁰¹.

No ano de 2009, este arquivo, patrimônio documental no Paraguai³⁰² foi também incluído pela UNESCO no “[...] registro ‘Memoria del Mundo’ de la organización, que comunicó la inclusión en esta lista de treinta y tres nuevos fondos de archivos y documentos de valor excepcional”³⁰³. Para este registro, esta instituição seleciona “[...]”

²⁹⁹ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

³⁰⁰ AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva... op. cit., p.26.

³⁰¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método... op. cit., p.89-92.

³⁰² VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p.106.

³⁰³ ARCHIVO del Terror se suma a memoria del mundo. *ABC Color*, Asunción, 30 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/internacionales/archivo-del-terror-se-suma-a-memoria-del-mundo-6631.html>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

los archivos y documentos que cumplen con criterios basados en el interés cultural que puedan ofrecer al conjunto de la humanidad.”³⁰⁴

Considerando que o patrimônio não se resume ao pretérito, devendo ser também entendido enquanto um elemento vinculado ao presente,³⁰⁵ a patrimonialização deste arquivo pela UNESCO, fruto de demandas provenientes da sociedade, deve ser ainda entendida enquanto um investimento político que tem na memória sua questão norteadora, respondendo aos pleitos da contemporaneidade.

Utilizando-se da memória e seus usos políticos, assim como possibilitando agilizar processos judiciais, exigir reparações, conscientizando sobre as violações do período stronista, o *Archivo del Terror* vem sendo vetor de demandas democráticas e contribuindo para (re)significar e lançar outros olhares sobre a ditadura civil-militar paraguaia. Pois como lembra Fernández, “a história é triste em repetir erros, estes erros definitivamente não podemos permitir que se repitam. Se essa missão pelo menos alguém aprender, cremos que de alguma forma este arquivo vale a pena.”³⁰⁶

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.272, jul/dez 2006, 272.

³⁰⁶ FERNÁNDEZ, José Agustín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel... op. cit.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perspectivar algumas narrativas sobre como foram encontrados os documentos que compõem o Archivo del Terror localizados em Lambaré, assim como os usos que dele vêm sendo realizados na contemporaneidade, procurei lançar outros olhares sobre a história recente paraguaia. História esta marcada, entre outros fatores, por vigilâncias constantes, disputas políticas, e por um temor que esta voltasse (volte) a se suceder novamente.

Considerando estas narrativas como ‘versões’ sobre o acontecimento, abertas a novas interpretações, a outras narrativas, pois distintas ‘memórias subterrâneas’ podem ainda emergir busquei apreender algumas dessas narrativas, quem as mobilizava e o que buscavam. Plurais, constituídas por narrativas reconhecidas/autorizadas, mas também por outras ‘subterrâneas’, foi possível delinear tentativas de inscrever uma (sua) narração sobre a memória do acontecimento.

José Agustín Fernández, juiz que interveio no local onde o arquivo foi encontrado, sustenta, por exemplo, que os documentos foram localizados devido a um procedimento judicial mediante a solicitação da figura de *habeas data* de Martín Almada. Asseverando em sua tese de doutorado que esta é a ‘verdadeira história’ e significando sua participação quando do encontro da documentação com sentidos que extrapolam seu cargo jurídico e que incidem também em questões subjetivas (rebeldia etc.), manter essa narrativa, quando atualmente é também o diretor do local que abriga esta documentação, talvez seja, como apontei anteriormente, um esforço de manter uma narrativa coesa, legitimando-a, notadamente quando é a sua narrativa disseminada neste espaço.

A narrativa de Fernández, além disso, como se viu, respalda a de Martín Almada. Este conta que os documentos foram encontrados em virtude de ter recebido um telefonema de uma mulher. Com um discurso estruturado, como que ‘decorado’, a narrativa de Almada é também reconhecida/autorizada e tem grande notoriedade, recebendo dele sentidos ao se considerar um ‘descobridor’ do arquivo.

Entretanto, outras narrativas, memórias ‘subterrâneas’ como aponta Pollak, vem aparecendo. Estas, como as de Ismael Aguilera, permeada por três diferentes ‘versões’ de como soube da localização dos arquivos, além de permitir inferir sobre a questão da memória, e de como esta é seletiva e se altera no tempo, propiciam algumas ‘brechas’ onde também outras falas, outras narrativas seja por meio dela ou corroborando com ela, vêm trazendo outros elementos sobre a questão.

Exemplos disso referem-se aos documentos não terem pó quando encontrados, conforme relatou Rosa Palau Aguilar; assim como às disputas políticas envolvendo candidatos do Partido Colorado para eleição interna do partido em dezembro de 1992, e que segundo algumas falas, como a de Francisco José de Vargas e do jornalista Roberto Paredes, teriam sido ‘descobertos’, ou seja, haviam sido colocados naquele local em vista de serem encontrados.

Nestas narrativas, pude perceber também as disputas que as permeiam, sendo que por meio delas, esses sujeitos buscam o (seu) reconhecimento pela (sua) participação e/ou protagonismo na localização dos arquivos, assim como buscam a elas dar visibilidade seja por meio de entrevistas à imprensa, participação em seminários, eventos etc. Inserindo no cenário público uma (sua) narrativa, na busca da revisão das interpretações do passado e para legitimá-las, apreendo que estes sujeitos vêm propiciando ainda a produção de outros sentidos sobre como foram encontrados os documentos do *Archivo del Terror*, (re) significando as memórias sobre esta.

Importante destacar que a documentação presente neste arquivo, o maior dos anos da repressão que se tornou pública, está ainda pouco explorada, pois não há muitos (as) pesquisadores (as) que têm se debruçado sobre ela. Lorena Soler assinala, por exemplo, que a maioria dos trabalhos no país estão voltados para a Guerra do Paraguai e para a Guerra do Chaco, sendo poucos os que refletem sobre a ditadura stronista. Todavia, ressalta a presença de alguns estudos recentes sobre a memória³⁰⁷ do regime de Stroessner. Estes seriam provenientes principalmente do final da década de 2000, quando “el conocimiento histórico en el campo de los estudios paraguayos se vio profundamente renovado”³⁰⁸ especialmente porque o contexto político de maiores liberdades favoreceu o debate público “[...] y la participación de investigadores, docentes, estudiantes democratizándose las ciencias, en sus contenidos, metodologías, fuentes, procesos de escritura y reclutamientos profesionales.”³⁰⁹

³⁰⁷ SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Asunción: Editorial Arandurá, 2014, p.35.

³⁰⁸ CAPDEVILA, Luc; SOLER, Lorena. Paraguay: 60 años después. Propuestas para una historia presente. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*: Questions Du temps présent, mar. 2014. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/66558>>. Acesso em: 18 set. 2014.

³⁰⁹ Idem.

Luc Capdevila destaca que para isso foram fundamentais os trabalhos desenvolvidos pela *Comisión de Verdad y Justicia*, que propiciaram um *tournant historiographique*³¹⁰ no Paraguai, ampliando os temas de pesquisa e impulsionando estudos referentes à memória.³¹¹ E é também deste modo que este trabalho sobre o *Archivo del Terror* buscou contribuir para estes estudos. No entanto, novos olhares, outras proposições podem também ser lançadas sobre este arquivo, como por exemplo, de que maneira a memória da ditadura stronista por meio deste arquivo vem sendo incorporada à esfera pública, os sentidos dados pela sociedade paraguaia a ele etc.

Este arquivo é de grande importância para a cidadania, especialmente pelos usos que dele vêm e podem ser feitos. Oficialmente *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*, os documentos deste acervo vêm demonstrando as conexões envolvendo a Operação Condor, propiciando exigir reparações, agilizar processos, deter torturadores não somente no Paraguai, mas também em outros países do Cone Sul; além de conscientizar sobre as arbitrariedades perpetradas pelo regime stronista e esclarecer muitos dos nuances sobre este período, entre outras questões.

Além disso, a memória e seus usos políticos também perpassam este arquivo. Sendo que no Paraguai, como aponta grande parte da literatura sobre o tema³¹², mencionar a ditadura stronista é remeter ao *Archivo del Terror*, este vêm possibilitando também as vítimas e seus familiares valorizar e legitimar suas vozes assim como reconstruir suas identidades.

Patrimônio registrado desde 2009 pela UNESCO como *Memoria del Mundo*, o *Archivo del Terror*, mobiliza e ressalta continuamente discursos que marcam a luta contra o esquecimento e a aprendizagem sobre as violações cometidas. Como foi possível perceber, o arquivo procura enfatizar às vítimas, pesquisadores (as), e a outros usuários, que a memória do regime civil-militar de Stroessner precisa ser reconhecida como um *dever de memória* de modo que tais acontecimentos não mais se repitam.

³¹⁰ Tradução: Virada historiográfica.

³¹¹ CAPDEVILA, Luc. Les travaux de la Commission Vérité et Justice, un tournant historiographique au Paraguay. In : *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Questionsdutempsprésent*, avr. 2014. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/66572>>. Acesso em: 18 set. 2014.

³¹² VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay... op. cit., p. 58.

E é deste modo que os usos que dele vêm sendo realizados atualmente, de maneira especial os referentes à memória, assim como algumas das narrativas que indicam como foi encontrado, vêm contribuindo para (re) significar e lançar outros olhares sobre a história recente paraguaia.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Rosa Palau. *De 'Archivo del Horror' a Centro de Documentación para la Defensa de los Derechos Humanos*. Asunción: CDA, Corte suprema de Justicia, Fiscalía General del Estado, 1993.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ARCETE, Wilma. *Hacia una organización de archivo*. Asunción: AGR Servicios gráficos, 2009.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.p.173-193.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- CAPDEVILA, Luc. Les travaux de la Commission Vérité et Justice, un tournant historiographique au Paraguay. In : *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Questions Du temps présent*, avr. 2014. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/66572>>. Acesso em: 18 set. 2014.
- _____ ; SOLER, Lorena. Paraguay: 60 años después. Propuestas para una historia presente. In : *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Questions Du temps présent*, mar. 2014. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/66558>>. Acesso em: 18 set. 2014.
- CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs). *Los Archivos de la*

repressão: documentos, memória y verdad. Madri: Siglo XXI de Espanã Editores, 2002 p. 195-219.

CÉSPEDES, Roberto L. Autoritarismo, sindicalismo y transición en el Paraguay (1986-1992). *Novapolis*, Asunción, Arandurã Editorial, mayo 2009.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: _____. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final AnivehaguãOiko- Síntesis y Caracterización del Regímen*. T. 1. Assunção: Paraguai: J.C. Medina. 2008.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final AnivehaguãOiko- Alguns Casos paradigmáticos*. T. 7. Assunção: Paraguai: J.C. Medina, 2008.

COOK, Terry et alli. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. *Registro* [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n.3, jul.2004, p. 18-33. Disponível em: <http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registro_3.pdf>. Acesso em: 20 jan.2014.

CURRICULUM VITAE. Corte Suprema de Justicia. Republica del Paraguay. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/images/contenido/jueces/cv/JOSE-AGUSTIN-FERNANDEZ.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

ESTRAGÓ, Margarita Durán. Introducción. In: CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos.Catálogo*.Asunción, 2010.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Marieta. História Oral: Velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-186.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUNDACIÓN Clestina Pérez de Almada. Disponível em: <<http://www.fcpa.org.py/index.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul/dez 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. O ‘devoir de memoire’ na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-44.

_____. *O Lugar Do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2012.

HUNT, Lynn. A invenção dos Direitos Humanos. São Paulo: Companhia das letras, 2009. HUNT, Lynn. A invenção dos Direitos Humanos. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAGALHÃES, Clarice Rego. O uso de periódicos como fonte em pesquisa histórica e o caso do entusiasmo da sociedade pelotense com a

sua escola de belas artes. Disponível em: <iad.ufpel.edu.br/prodart/artigos/download/199>. Acesso em: 25 mar. 2013.

MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner, 1954-1963*. (Coleção História). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MUSEO DE LA JUSTICIA. Centro de Documentación y Estudios para la Defensa de los Derechos Humanos, por Margarita Durán Estragó. Sede del Teko Katu Ete- Justicia Guaraní. Asunción, 2008.

MUSEO de la Justicia. Objetivos. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/323>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MUSEO de la Justicia. Introducción. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/684>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

MUSEO de la Justicia. Objetivos. Disponível em: <<http://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/323>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MUSEO de las Memorias Paraguay. Sistema Nacional de Información Cultural del Paraguay. Disponível em: <<http://www.sicpy.gov.py/generales/?6870>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

NICKSON, Andrew. Oposición armada al régimen de Stroessner: una reseña de diez libros sobre el tema. In: LACCI, Marcelo (Org). *Insurgentes*. Asunción; Arandura; Novapolis, 2004, p. 51-74.

NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner: 1954-1989. In: BREZZO, Liliana; TELESCA, Ignacio et al.(Orgs). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010. 265-294. Disponível em: <http://works.bepress.com/andrew_nickson/14>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. *La Guerra Fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/7132338/La_Guerra_Fr%C3%ADa_y_el_Paraguay>. Acesso em: 17 set. 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p.7-28, dez.1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OTTO, Clarícia. *Nos rastros da memória*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 30-45, jan/jun. 2009.

_____. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História-Anpuh Rio Grande do Sul. 2008.p.1-10.

PAREDES, Roberto. *El Ultimo Bastión*. Asunción: Servilibros, 2006.

PAZ, Alfredo Boccia. OPM: la profecía autocumplida. In: LACCI, Marcelo (Org). *Insurgentes*. Asunción; Arandura; Novapolis, 2004, p. 165-188.

_____; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: los Archivos del Terror*. Los papeles que resignificaron la memoria del stronismo. Asunción: Corte Suprema de Justicia; Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, 2007.

_____; LÓPEZ, Miguel H.; PECCI V. Antonio (et alli) *En Los Sontanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Condor*. Asunción: Servi Libro; Expo libro, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. Em busca de um método: as estratégias do fazer história. In:_____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 29-31, fev. 1997.

QUINALHA, Renan Honório; SOARES, Inês Virgínia Prado. Os Lugares de Memória no cenário brasileiro de justiça de transição. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10, p. 75-86, jun.2011.

SALERNO, Osvaldo. Introducción. In: CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Catálogo*. Asunción, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Janine Gomes da Silva. Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re)significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. *Anais eletrônicos...* Natal, 2013. p.1-11. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364765894_ARQ_UIVO_TextoAnpuh2013-JanineGomesdaSilva.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. In: *História em reflexão* – Revista Eletrônica de História. Vol. 4 n. 8 – UFGD – Dourados. Jul./Dez. 2010, p. 10. Disponível em: <www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../575>. Acesso em: 08 abr. 2013

SILVA, Tamy Amorim da. *Usando o gênero como arma: trajetória de mulheres na resistência as ditaduras*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <reviravoltadesign.com/.../wp.../memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RIOUX, Jean-Piere. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 39-50.

SOLER, Lorena. *Paraguay: la larga invención del golpe*. Asunción: Editorial Arandurã, 2014.

STABILI, Maria Rosaria. Opareí: la justicia de transición em Paraguay. *América Latina Hoy*, 61, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Grafiques 92, 2000.

VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay. La historia oculta de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (orgs). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI de Españã Editores, 2002.p.85-113.

FONTES

ABC COLOR. Documentos depositados desordenadamente em El Departamento de Producciones de la Policía de la Capital en Lambaré, en el momento de ser descubiertos em Diciembre de 1992. 1992. 1 fot: p&b, digital. Acervo documental do Archivo del Terror no Paraguai.

AGUILAR, Rosa Palau. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguay, 14/06/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

_____. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Asunción, Paraguay, 22/01/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

ALMADA, Martín. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Assunção, Paraguai. 13/06/2013. Acervo do LEGH/UFSC.

_____. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Assunção, Paraguai. 21/01/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

_____. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010.

ARCHIVO del Terror se suma a memória del mundo. ABC Color, Asunción, 30 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/internacionales/archivo-del-terror-se-suma-a-memoria-del-mundo-6631.html>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

CARTA Magna cumple 22 años. *ABC Color*, Assunção, 20/06/2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/carta-magna-cumple-22-anos-1257719.html>>. Acesso em: 26 set. 2014.

CAYÓ el archivo secreto de la Policía de Stroessner. *ABC Color*, Asunción, p. 2, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

COMISIÓN de DD.HH. protesta por la entrega de ‘archivos del terror’. *ABC Color*, Asunción, p. 14, 27 feb. 1993. (Digitalizado). Disponível no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

CORTE adoptó medidas destinadas a preservar el ‘archivo del horror’. *El Diario*, Asunción, p. 8, 8 feb. 1993. (Digitalizado). Disponible no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

CRIO. ISMAEL Aguilera sobre crédito en búsqueda de los ‘archivos del terror’. *Radio Ñandutí*. 22 dic. 2011. Disponible em: <<http://201.217.28.6/files2/audio/Entrevistas/2011/Diciembre/22/757.mp3>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

DOCUMENTOS de la dictadura: subcomisario desconocía la existencia del archivo secreto. *Última Hora*, Asunción, p. 61, 8 mar. 1993. (Digitalizado). Disponible no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

EL POLICÍA que ‘traiciono’ a su clase para servir a su país. *Ultima Hora*, Asunción, 20 feb. 2012. Disponible em: <<http://www.ultimahora.com/el-policia-que-quottraicionoquot-su-clase-servir-su-pais-n505036.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

EL TERROR, 21 años después. *ABC Color*, Asunción, 22 dic. 2013. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/a-21-anos-del-hallazgo-del-archivo-del-terror-1198620.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

ENCUENTRAN otra parte del archivo:mas documentos sobre represion policial. *ABC Color*, Asunción, p. 8, 22 ene. 1993. (Digitalizado). Disponible no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

FERNÁNDEZ, José Agustín Rodríguez. *El Hábeas Data en el Paraguay: Instrumento constitucional para el hallazgo de los Archivos Secretos de la Policía. La importancia jurídica, histórica y política de estos archivos*. 2008. Tese (Doutorado). Universidad Nacional de Asunción. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Asunción: Paraguay, 2008.

_____. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Josiély Koerich e Letícia Borges Nedel. Assunção, Paraguai, 08/05/2014. Acervo do LEGH/UFSC.

FLORES, Guillermina Kanonnnikoff. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

HALLARON más documentos de la represión: intervención em la Comisaría Tercera. In: ALMADA, Martín. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010.

HERREROS, Francisco. Manual para entender el Archivo del Terror. El código genético de uma dictadura. El Siglo, Santiago, 3-9 abr. 1993, p. 3. In: AGUILAR, Rosa Palau. *De 'Archivo del Horror' a Centro de Documentación para la Defensa de los Derechos Humanos*. Asunción: CDA, Corte suprema de Justicia, Fiscalía General del Estado, 1993.

IBAROLA, Martin. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguay, 13/06/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

LA HORROROSA historia del doctor Martín Almada: Durante 30 días fue torturado. *Hoy*, Asunción, p.6, 31 dic. 1992. (Digitalizado). Disponible no 'Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos', Assunção, Paraguai.

LA OTRA historia sobre el hallazgo de los 'archivos del terror'. *ABC Color*, Asunción, 07 oct. 2011. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/la-otra-historia-sobre-el-hallazgo-de-los-archivos-del-terror-316896.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

'LA TÉCNICA' contaba con infiltrados em todas partes: revelaciones de documentos incautados. *ABC Color*, Asunción, p. 3, 12 ene. 1993. (Digitalizado). Disponible no Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, Assunção, Paraguai.

LA URGENTE necesidad de preservar y difundir los datos. *ABC Color*, Asunción, 11 dic. 2006. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/espectaculos/la-urgente-necesidad-de-preservar-y-difundir-los-datos-949608.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LAMENTO 'aberrantes' violaciones de DD.HH: Rodríguez pidió aprender lección del "negro pasado". *El Diario*, Asunción, p. 6, 13 ene. 1993. (Digitalizado). Disponible no 'Centro de Documentación y

Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos', Assunção, Paraguai.

LÁNERI, Mônica. Archivo del Terror: 'La historia contada por los propios represores'. *ABC Color*, Assunção, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/blogs/un-graffiti-mas-en-la-pared-37/archivo-del-terror-la-historia-contada-por-los-proprios-represores-2055.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

LAS HUELLAS de la represion. *ABC Color*, Asunción, p. 1, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no 'Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos' 'Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos', Assunção, Paraguai.

MARTÍN Almada promovió el recurso de 'habeas data': Es la primera utilización de esta figura. Noticias, Asunción, 12 sep. 1992. In: ALMADA, Martín. *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exilado*. Asunción: Marben Editora & Gráfica S.A., 2010.

MARTIN Almada recuerda que él descubrió el archivo del terror: pide rectificación al titular de la corte. *ABC Color*, 05 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/policiales/martin-almada-recuerda-que-el-descubrio-el-archivo-del-terror-1090274.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MEMORIA para no olvidar. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. *ABC Color*, 15 jun.2008. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/suplementos/abc-revista/memoria-para-no-olvidar-1075556.htm>>. Acesso em: 26 set. 2014.

MICROFILMARÁN el archivo. *Hoy*, Asunción, p. 37, 20 feb. 1993. (Digitalizado). Disponível no 'Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos', Assunção, Paraguai.

MINISTERIO del Interior cerró 'La Técnica': 'Ya no hay nadie a quien controlar ni perseguir'. *ABC Color*, Asunción, p. 10-11, 23 dic. 1992. (Digitalizado). Disponível no 'Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos', Assunção, Paraguai.

MUSEO DE LA JUSTICIA. Centro de Documentación y Estudios para la Defensa de los Derechos Humanos, por Margarita Durán Estragó. Sede del Teko Katu Ete- Justicia Guaraní. Asunción, 2008.

NATALIA Rodríguez, representante de Ismael Aguilera sobre ‘Archivos del terror’. *Radio Ñanduti*, 10 out. 2011. Disponible em: <<http://201.217.28.6/files2/audio/Entrevistas/2011/Octubre/10/810.mp3>>. Acceso em: 22 jan.2015.

OLAZAR, Hugo Ruiz. Recuerdan la trascendencia del hallazgo de los Archivos del Terror: hace 20 años se revelaron detalles de la barbarie. *ABC Color*, Asunción, 23 dic. 2012. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/recuerdan-la-trascendencia-del-hallazgo-de-los-archivos-del-terror-493571.html>>. Acceso em: 14 jan. 2014.

PAREDES, Roberto. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva, Letícia Borges Nedel e Tamy Amorim da Silva. Assunção, Paraguai, 04/05/2014. Acervo do LEGH/UFSC.

QUIEN hablaba con un sopechoso era fichado. *Última Hora*, Asunción, p. 31, 28 dic. 1992. (Digitalizado). Disponible no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

REHNFELDT, Mabel. La historia de la búsqueda del “archivo del horror”. *ABC Color*, Asunción, p. XXIV, 17 ene. 1993. (Digitalizado). Disponible no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

SALERNO, Osvaldo. Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva. Asunción, Paraguai, 14/06/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

SEGUN Martín Almada considerado maestro subversivo en la dictadura: ‘En el Paraguay no hay respeto a los derechos humanos’. *ABC Color*, Asunción, 24 set. 2007. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/especiales/memorias-reconstruccion-de-la-historia-reciente-del-paraguay/en-el-paraguay-no-hay-respeto-a-los-derechos-humanos-1011702.html>>. Acceso em: 26 de set. 2014.

SENADORA abogó para que acabe el ‘terrorismo de Estado’: La clausura de ‘La Técnica’ no debe ser sólo simbólica. *Última Hora*, Asunción, p. 29, 24 dic. 1992. (Digitalizado). Disponible no ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’, Assunção, Paraguai.

VARGAS, Francisco José. Entrevista concedida a Tamy Amorim da Silva. Asunción, Paraguay, 22/01/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

YUBI, Javier. La Justicia tiene su memoria para velar por los derechos humanos. *ABC Color*, Asunción, 08 mayo 2013. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresalocales/la-justicia-tiene-su-memoria-para-velar-por-los-derechos-humanos-569646.html>>. Acceso em: 03 dez. 2014.

ZORRILLA, Elvira Omedo. Acusado de ser terrorista intelectual y un maestro subversivo. *ABC Color*. Asunción, 02 feb. 2014. Disponible em: <<http://www.abc.com.py/especiales/25-aniversario-del-golpe-de-1989/acusado-de-ser-terrorista-intelectual-y-un-maestro-subversivo-1210262.html>>. Acceso em: 03 fev.2014.

ANEXO A – Objetivos do ‘Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos’

Os objetivos propostos em 1993 a partir da criação do *Centro de Documentación y Archivo* são:

- ❖ Construir un Banco de Datos permanente para atender las solicitudes de informes provenientes de las víctimas, familiares de las mismas, y los requerimientos provenientes de la justicia tanto nacional como internacional.
- ❖ Generar en la opinión pública nacional e internacional la conciencia de proteger los archivos como prueba histórica irrefutable de las graves violaciones de derechos humanos cometidas al amparo de los gobiernos dictatoriales de la región.
- ❖ Permitirla difusión de los documentos disponibles, toda vez que los mismos no afecten la privacidad de los involucrados.
- ❖ Difundir y esclarecer ante la opinión pública nacional e internacional los Principios de la Declaración Universal de los Derechos Humanos y los principales instrumentos de protección internacional, vinculándolos con la Constitución Nacional de la República del Paraguay, y con los testimonios de las violaciones de lesa humanidad cometidos en el pasado régimen dictatorial documentados en el Archivo, para evitar la impunidad y promover la convivencia democrática.
- ❖ Preservar los documentos incautados a través de los diversos operativos realizados y de otros que pudieran agregarse en el futuro.
- ❖ Convertirel Centro de Documentación y Archivo en un Centro – Museo que recuerde a los paraguayos y paraguayas una época de sufrimiento y lucha, al que puedan acceder no solo víctimas o familiares de los

torturados o desaparecidos, sino de todos los jóvenes para que conozcan la parte oscura de nuestra historia que nunca debió existir.

- ❖ Desarrollar actividades de animación sociocultural y producir materiales pedagógicos cuyos contenidos fundamentales estén orientados a la promoción de valores culturales centrados en el respeto a la dignidad de las personas, el derecho a la libre determinación y desarrollo de los pueblos, en la consolidación del Estado de Derecho y la profundización de los procesos democráticos, como estrategias de lucha contra el autoritarismo³¹³.

³¹³ MUSEO de la Justicia. Objetivos. Disponible em: <<http://www.pj.gov.py/contenido/132-museo-de-la-justicia/323>>. Acesso em: 12 set. 2014.